

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Alexandre Soares Bastos

**A REGULAMENTAÇÃO DA
EXTENSÃO NA/DA FEF-
UNICAMP: explicações,
implicações e perspectivas**

Campinas
2011

Alexandre Soares Bastos

**A REGULAMENTAÇÃO DA
EXTENSÃO NA/DA FEF-
UNICAMP: explicações,
implicações e perspectivas**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação) apresentado à Faculdade de
Educação Física da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do
título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Lino Castellani Filho

Campinas
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR ANDRÉIA DA SILVA MANZATO – CRB8/7292
BIBLIOTECA “PROFESSOR ASDRÚBAL FERREIRA BATISTA”
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA - UNICAMP

B297r Bastos, Alexandre Soares, 1982-
A regulamentação da extensão na/da FEF-
UNICAMP / Alexandre Soares Bastos. – Campinas, SP:
[s.n], 2011.

Orientador: Lino Castellani Filho.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Faculdade de
Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Educação física. 2. Extensão universitária. 3. Política. 4.
Universidade Estadual de Campinas. I. Castellani Filho, Lino. II.
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação
Física. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: The regulation of extension in/of FEF-UNICAMP

Palavras-chaves em inglês:

Physical Education

University extension

Policy

UNICAMP

Titulação: Licenciatura em Educação Física

Banca examinadora:

Lino Castellani Filho [orientador]

Paulo Cesar Montagner

Data da defesa: 24-11-2011

Alexandre Soares Bastos

**A REGULAMENTAÇÃO DA EXTENSÃO
NA/DA FEF-UNICAMP: explicações,
implicações e perspectivas.**

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) defendido por Alexandre Soares Bastos e aprovado pela Comissão julgadora em: ___/___/___.

Lino Castellani Filho
Orientador

Paulo César Montagner

Campinas
2011

Dedicatória

Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais - em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

(Paulo Freire , 1983)

*Para ser grande, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive.*

14.2.1993 Ricardo Reis
(Fernando Pessoa)

Agradecimentos

Agradecer é um ato de demonstrar gratidão. Estou aqui para agradecer a todos os que contribuíram para a realização desse trabalho. Sendo de forma direta, de forma transversal ou até de forma singela, todos têm minha gratidão na realização deste que se mostra ser um passo inesquecível em minha vida.

Agradeço à minha família por sempre ter se mostrado unida e apoiadora diante de minhas ações ao longo da minha vida. Minha Mãe Carol e meu pai João que sempre estiveram do meu lado em todos os momentos, minhas decisões. Minhas irmãs: Lia, Larissa e Andréa que foram irmãs maravilhosas e que contribuíram de forma ativa na minha criação e formação. Assim como, Andrew, Giulia, Letícia, Rebeca, que amo tanto, e seus maridos Ari, César e Marcelo (noivo). Minha mãe postiça, “Cêra” que amo tanto e me ensina coisas tão essenciais.

Agradeço aos meus amigos pela experiência de vida compartilhada. Por tê-los em tantos, e pelo medo em esquecer-se de colocar alguém aqui decidi não descrevê-los. Quando falamos de amizade, sabemos que estamos em sintonia sempre, pois no primeiro contato percebemos que o tempo é relativo e, no nosso caso, esse tempo parece não surtir efeito, pois ainda conservamos o companheirismo e a cumplicidade de sempre.

Agradecimento especial à minha namorada, Rebeca, minha maior incentivadora para momentos difíceis que vivenciamos durante a elaboração dessa publicação. Ter esse trabalho concluído é uma ação significativa sua e ter você ao lado é um conforto que não consigo, em palavras, apalpar, como o AR.

Agradeço à família que faço parte agora. Os “Signorelli Miguel” que me fazem sentir ser amado e me amparam pela distância de minha família sendo, tão precocemente, imprescindíveis em minha vida.

Agradeço especial ao Lino pelo aceite em orientar minha monografia e pela confiança dada. Espero que continuemos próximos e que possamos manter essa relação tão prazerosa e tão rica.

Agradeço ao Douglas, grande professor e amigo, que ajudou bastante nesse trabalho juntando minhas idéias e organizando ações a serem tomadas. Além das experiências que tivemos nos times de basquete e viagens que só fizeram estreitar os laços que hoje temos.

Agradecimento ao Milton, meu grande amigo, que faleceu esse ano e que deixou um espaço no meu coração. Uma pessoa que tive o prazer em conhecer e que me ensinou tantas coisas entre tantos cafés e tantos olhares diferenciados sobre coisas que pareciam até então sacramentadas. Sua perda é sentida ao extremo, pois sua presença foi um incentivo.

Agradecimento final à minha “Vó” Cristina, falecida esse ano. Espero que eu tenha aprendido sua fórmula do elixir da vida e da conservação. Sempre se mostrou forte e firme em sua postura, sempre foi um exemplo de vida pelas suas experiências vividas e pelo resultado a que se materializa na manutenção da família. Saudades...

BASTOS, Alexandre Soares. **A Regulamentação da Extensão na/da FEF-UNICAMP:** explicações, implicações e perspectivas. 2011. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

RESUMO

Este trabalho discute a política da Coordenação de Extensão universitária adotada pela FEF-UNICAMP durante seu trajeto trazendo à tona alguns acontecimentos que julgamos significativos para compreendermos sua composição atual. Entendemos que a Extensão percorreu caminhos diversos na história da Educação Física e, diante desse fato, com a finalidade de complementar ainda mais a história desse campo de ação, buscamos entender seu funcionamento atual no sentido de demarcar mais um momento em sua história de acontecimentos diversificados levando-se em consideração sua lógica de atuação. Além disso, exploraremos o fato dessa lógica parecer ir ao sentido contrário do possível espaço formador restringindo ainda mais a comunicação com a Sociedade.

Palavras-Chaves: Educação Física; Extensão universitária; Política; História; Universidade.

BASTOS, Alexandre Soares. **A Regulamentação da Extensão na/da FEF-UNICAMP:** explicações, implicações e perspectivas. 2011. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ABSTRACT

This paper discusses the policy of Department of Extension adopted by the FEF-UNICAMP Extension in their path bringing up a few moments of his journey to present Day. We tried to understand the steps outlined in the past to understand situations that occurs in the present in this area. We believe that the Extension travelled different paths in the history of Physical Education and, given this fact, in order to further complement the history of this Field of action, we tried understand their current functioning to demarcate another moment in its history of events controversial taking into account its logic of action. In addition, explore the fact of this seems to go on a collision route to the possible trainer space restricting even more as communicate with the Society.

Keywords: Physical Education; University extension; Policy; History; University.

SUMÁRIO

Introdução	13
1 Por Que estudar a Extensão	15
2 A História da Extensão na/da FEF-UNICAMP	23
2.1 Metodologia	23
2.2 Revisão Bibliográfica	24
2.2.1 A extensão em 1998	25
2.2.2 A extensão em 2003	31
2.3 A Relação entre os momentos	33
2.4 Apresentando as Entrevistas	34
3 As Políticas da FEF, UNICAMP E FÓRUM	35
Considerações Finais	47
Referências	50
Anexos	52

Introdução

A Extensão universitária está presente, segundo Estatuto da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no triângulo formador da Universidade e, por isso, possui função significativa na relação que estabelece com a Sociedade e na formação discente na medida em que aproxima essas duas instâncias.

Dentro dessa perspectiva, realizamos uma análise da Extensão através do pensamento elaborado por GURGEL (1986) que prevê uma relação de comunicação entre Universidade e Sociedade, além da idéia de SAVIANI (1984) que enxerga, na Extensão, a oportunidade da Universidade restituir em serviços, condizentes com suas reais necessidades, os recursos que a Sociedade investe para manter esta Instituição.

Com base na idéia estabelecida pelo Fórum da Pró-Reitoria de Extensão de Universidades Públicas (FORPROEX), foi feita uma constatação prévia de que a Extensão praticada dentro da Faculdade de Educação Física (FEF) da UNICAMP apresenta-se em um modelo o qual não explora sua total potencialidade de atuação frente à formação discente e à relação com a sociedade. Esse fato gerou a necessidade de aprofundamento dos estudos nessa área para entender qual o tipo de relação estabelecida.

Para isso, foi realizado um recorte histórico, embasado pelo materialismo histórico dialético desenvolvido por Schaff (1995), que se baseia em questões atuais para explorar o passado, utilizando como metodologia a análise das publicações existentes na Biblioteca “Prof. Asdrúbal Ferreira Batista” as quais possuem em sua temática a política de Extensão da FEF-UNICAMP. De posse dessas publicações pudemos traçar um possível caminho da Extensão ao longo dos anos para buscarmos respostas sobre sua estrutura atual.

Além disso, foi feita uma análise de um momento de insatisfações e apoderamentos tortuosos os quais demarcaram a Extensão nesta Faculdade o qual culminou na elaboração de um documento que passou a fiscalizar com mais afinco a forma como acontecia a Extensão dentro desta Faculdade entendendo seus significados e suas práticas.

A análise documental das publicações mostra que a Extensão assumiu diversos papéis dentro das prioridades universitárias. Em 1998, por não possuir uma conceituação mais profunda por parte de docentes e, sem incentivo e parâmetros de atuação, acabou sendo, de certa

forma, marginalizada na carreira docente dessa Faculdade a qual priorizou a Pesquisa em suas prioridades. Nessa época, a Extensão era vista como uma prática salvacionista e teria a função exclusiva de relacionamento com a Sociedade em geral, abstendo a Pesquisa e o Ensino desta atribuição.

Porém, em 2003, são colocadas em pauta algumas ações que culminaram na utilização da Extensão em modelos que se aproximavam de uma relação mercadológica com a Sociedade a qual pagava para usufruir determinados serviços oferecidos, assim como, por parte de docentes que utilizavam a Extensão como uma forma de ganho pecuniário extra.

A Extensão passaria, agora, a figurar entre as práticas mais desenvolvidas nos atributos acadêmicos os quais teriam o pressuposto de utilizar a Extensão para angariar recursos financeiros com parcerias público-privadas para dentro da Universidade modificando a forma de relacionamento entre as partes.

Após essa análise, buscamos um entendimento do momento mais presente nesta Faculdade. Buscamos entender como ocorre a Extensão em sua atualidade, assim como, que fatores contribuíram para sua formação atual. O ano de 2007 foi significativo nessa construção, pois houve a elaboração de um documento que intensificava a fiscalização na Extensão naquela época.

A necessidade de elaboração de tal documento surge com a constatação de abusos aplicados por parte de Docentes que viam na Extensão uma ferramenta de remuneração extra e começavam a oferecer serviços em detrimento do Ensino e da Pesquisa. Diante deste fato, ocorre a formação de uma Comissão de Extensão dirigida pela direção da Faculdade, a qual iniciara seu mandato naquele período, com o intuito de restringir essa prática.

Para entender como ocorreu a elaboração e implementação da normatização da Extensão presente na FEF-UNICAMP até os dias atuais, realizamos entrevistas com os dois últimos coordenadores da Extensão desta Faculdade com o intuito de esclarecer como se deu o processo de elaboração junto à Direção e Comissão de Extensão desse documento, assim como, sua implementação junto à prática extensiva e seus impactos.

Diante disso, discorreremos sobre o papel da Extensão e suas atribuições do que entendemos ser o caminho aproximado a ser traçado pela mesma. Sabemos que efetivar essa ação requer uma ação coordenada entre diversas instâncias, mas expor as idéias aqui ajudará a esclarecer ainda mais um dos objetivos desse trabalho.

1 Por que estudar a Extensão?

Durante meu percurso acadêmico vivenciei diversas situações que contribuíram para possíveis visualizações de caminhos a serem tomados pela Universidade no sentido de promover uma mudança na forma de comunicação com a Sociedade. Essa perspectiva me impulsionou para outras instâncias, fora da sala de aula, que me ajudaram a entender que uma Universidade, como instituição de ensino, possui um funcionamento bastante complexo e envolve forças e disputas políticas que representam sua gestão democrática. (BRASIL, 1996)

Algumas experiências foram fundamentais para essas observações e foi através de minha militância junto ao Centro Acadêmico que formulei uma concepção mais ampla das relações postas dentro dessa Instituição. Vivenciei situações que diferem do cotidiano do Ensino, pelo menos enquanto aluno, as quais semearam uma visão mais crítica da organização interna da Faculdade além de proporcionar um entendimento mais amplo da função da Universidade enquanto parte integrante da sociedade e seu dever nessa relação social.

Busquei algumas respostas sobre questões que acabei identificando nessa análise. Dentre minhas observações, um questionamento que me chamou atenção diz respeito à Extensão Universitária que presenciava nesta Faculdade, pois tive a sensação que este campo de intervenção possuía uma potencialidade que não era explorada em sua plenitude.

Para uma primeira investigação a respeito deste questionamento, busquei no site da FEF-UNICAMP¹ algumas ementas dos cursos ministrados e percebi que o formato da extensão universitária neste local se dava por meio de uma prestação de serviços de atividades restritas ao meio do Esporte e/ou da promoção da saúde que aconteciam nas instalações da Faculdade. Assim, em um primeiro momento, a extensão da FEF pode ser entendida como de caráter assistencialista.

Ao observar esse movimento, da extensão como mera prestadora de serviços, questionei tal formato, pois a Extensão parecia privilegiar um grupo específico de pessoas que residiam ao redor da Universidade ou possuíam alguma atividade próxima, já que ela parecia acontecer predominantemente no interior da Faculdade.

Outra indagação diz respeito ao possível papel que a Educação Física pode

¹ Disponível em <[HTTP://www.unicamp.br/fef](http://www.unicamp.br/fef)>. Acesso em: 15 out. 2011.

assumir na formação do indivíduo cidadão e na formação crítica de uma sociedade que lida com injustiças sociais e diferenças de oportunidades e possibilidades entre seus integrantes.

A atuação crítica dentro da Educação Física foi bastante enfatizada durante minha graduação e acredito nessa possibilidade de agir junto a questões mais amplas vendo na extensão universitária (meu objeto de estudo) uma possibilidade de intervenção nessa perspectiva.

Na tentativa de situar a Extensão na organização da universidade, busquei dois grandes referenciais: a Lei de Diretrizes e Bases (LDB)² e o FORPROEX, criado em 1987. Assim, a LDB, em seu artigo 43, diz que as Universidades têm que

Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996, p. 36).

Além disso, em seu Artigo 52, ao defender uma formação plural de “profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”, discursa sobre as características dessa instituição, dentre as quais fala sobre a “produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.”

Por seu lado, o FORPROEX também discursa sobre a extensão universitária, defendendo a seguinte perspectiva:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. (FORUM, 1987, p. 2)

Esses conceitos defendidos pela LDB e FORPROEX ganham força na idéia defendida por Gurgel quando este mostra sua ampla possibilidade de atuação estabelecendo uma relação de comunicação com a sociedade. Diz-nos Gurgel (1986, p. 170):

A extensão universitária em uma dimensão de mudança social na direção de uma sociedade mais justa e igualitária tem obrigatoriamente de ter uma função de comunicação da universidade com o seu meio, possibilitando, assim, a sua realimentação face à problemática da sociedade, propiciando uma reflexão crítica e uma revisão permanente de suas funções de ensino e pesquisa. Deve representar, igualmente, um serviço às populações, com as quais os segmentos mais conscientes da universidade estabelecem uma relação de troca ou confronto de saberes.

² Lei 9394, de 20 de Dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>
Acesso em: 15 de out de 2011.

Ao compreender como indissociáveis o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, a Universidade cumpre uma etapa da construção de uma instituição mais justa e mais próxima da realidade. Outra questão defendida na citação refere-se à dimensão que deve ser dada a esses campos de atuação. A visualização para questões sociais deve contemplar problemas presentes na sociedade que tornem a ação acadêmica engajada com uma visão crítica.

Complementando a questão da postura adotada pela Academia, fala o FORPROEX (2006, p. 41), que:

Assim, uma Universidade que se quer pautada por paradigmas democráticos e transformadores deverá, necessariamente, (re) visitar seus processos de pesquisa, ensino e extensão, valorizando, também, os saberes do senso comum, confrontados criticamente com o próprio saber científico, comprometendo a comunidade acadêmica com as demandas sociais e com o impacto de suas ações transformadoras em relação a tais demandas.

A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão é defendida pelo FORPROEX (2006, p. 44) nos seguintes termos:

Trata-se, em suma, de um novo paradigma curricular no qual é inevitável a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão enquanto eixo de formação do estudante, de uma perspectiva na qual a graduação vai além da mera transmissão para se transformar em espaço de construção do conhecimento, em que o estudante passa a ser sujeito, crítico e participativo, para o qual a flexibilização aparece como um meio de viabilização

No que diz respeito à LDB (1996, p. 36) quando fala de uma das finalidades do Ensino Superior, podemos encontrar a seguinte defesa:

Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade

Podemos então pensar a extensão como um aspecto imprescindível à formação discente no momento em que oportuniza não apenas a vivência concreta junto à sociedade daquilo que foi aprendido em sala de aula e/ou por meio da pesquisa, mas também como espaço gerador de saberes que, dialeticamente, fornecem subsídios ao próprio ensino e à pesquisa.

A Universidade tem, na extensão, uma ferramenta para perceber situações e elaborar instrumentos de ação que, numa relação de diálogo com a cultura local, possa atuar com medidas que sustentem e corroborem atitudes que vislumbrem soluções para temas sociais. Dessa forma, cabe não somente à extensão, mas também ao ensino e à pesquisa aguçar seus olhares para

a relação cidadã que a Universidade possui com a Sociedade.

Acerca desta temática, o FORPROEX (2001, p. 2) traz as seguintes argumentações:

A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. **Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.** (grifo nosso)

Ao se pensar na atuação de um projeto de extensão, o entrelaçamento com o ensino e a pesquisa garantirá uma ação mais engajada e uma atuação consonante. O primeiro (ensino) com o olhar de trazer para reflexão/discussão no meio acadêmico situações que ocorram durante a realização dessas atividades e o segundo (pesquisa) na busca por soluções que atendam aos anseios dessa comunidade.

Saviani (1984, p.64-65) defende essa articulação dizendo:

[...] Na medida em que ela (a extensão) se articula com as demais e na medida em que o próprio ensino seja visto, também, como uma prestação de serviços à sociedade em seu conjunto, na medida em que a própria pesquisa seja vista como uma prestação de serviços à própria sociedade. Então, que pesquisas a Universidade vai desenvolver? Ela vai desenvolver exatamente aquelas pesquisas que a sociedade está requerendo, vai se preocupar em explorar aqueles problemas que são candentes à sociedade em que ela está inserida.

A articulação ensino-pesquisa-extensão defendida acima aproxima duas formas de conhecimento, o acadêmico e o popular, e, mais que isso, gera uma contribuição mais justa e uma resposta mais convincente a todo investimento dado à Universidade.

Ao analisar o regimento interno da UNICAMP, percebemos algumas distorções sobre o papel e a função da extensão e das demais áreas, principalmente o ensino. O artigo 2º, quando trata dos objetivos dessa Universidade, fala em seu parágrafo III: “estudar os problemas sócio-econômicos da comunidade com o propósito de apresentar soluções corretas, sob a inspiração da democracia” (UNICAMP, 2011, p. 1). No artigo seguinte fala: “por ao alcance da comunidade, sob a forma de cursos e serviços, a técnica, a cultura, e o resultado das pesquisas que realizar”. (UNICAMP, 2011, p. 1)

Essas discussões levaram-me a pensar possíveis formas de atuação da extensão universitária além de indagações a respeito do seu posicionamento na sociedade. Essas práticas parecem colidir com o formato colocado nessa Faculdade, pois apontariam para caminhos numa direção mais profunda dos problemas sociais enfrentados confrontando-os com a responsabilidade da Universidade em relação a esses problemas.

Saviani (1984, p.50) aborda essa responsabilidade universitária quando fala:

[...] Qual é a responsabilidade basicamente? A responsabilidade é a de devolver, de restituir à sociedade algo daquilo que ela própria recebeu, que a universidade recebe da própria sociedade. Se uma universidade existe, se uma Escola Superior existe é porque a sociedade a sustenta; e se existem pessoas que têm condições de estudar em Escolas superiores, isto é porque a sociedade como um todo cria essas condições e permite que alguns tenham este privilégio de ascender aos estudos de nível superior. Ora, a este privilégio corresponde a responsabilidade de devolver na forma de serviços à sociedade aquilo que eles próprios recebem da sociedade.

Essa responsabilidade deve ser aplicada, também, pela Educação Física, pois uma possibilidade de atuação dentro dessa perspectiva torna-se bastante necessária e pode (ria) ser levada em conta. Portanto, considero plausível e imprescindível pensar em política de extensão voltada para a atuação da Educação Física dentro de perspectivas que tenham o objetivo de olhar para a sociedade como um membro ativo no processo educativo extensionista.

O contexto identificado na FEF-UNICAMP foi um modelo de extensão que se baseia em oferecimento de cursos e projetos, em sua maioria, pagos, nos quais a sociedade assume um papel de consumidor, em um contexto bem próximo a clubes sociais ou academias de ginásticas. Essa observação permite uma reflexão sobre o tipo de relação estabelecido com a população e deixa transparecer intenções e posicionamentos assumidos na estrutura política por parte dessa Faculdade. Afinal, a extensão universitária deve tão-somente seguir e ser guiada pela lógica mercadológica da oferta-demanda de serviços, como se fosse um clube ou uma academia?

Entendo que esse formato não contempla o papel que a universidade possui enquanto possibilidade e potencialidade dentro da sociedade no sentido de promover uma maior socialização do conhecimento além de intervenções em problemas presentes na mesma.

Outro ponto a destacar diz respeito ao fato de que a extensão, por possuir um campo de atuação restrito, prejudica as outras funções básicas da universidade privando docentes e discentes de situações mais reais e mais críticas as quais poderiam alicerçar seus projetos de pesquisa e suas metodologias de ensino em ações indissociabilizadas.

Um olhar mais profundo diante de situações mais adversas de uma realidade crítica tornar-se-ia, então, uma via de mão dupla tanto para a sociedade que receberia um saber mais aprofundado de questões, tão discutidas e ressaltadas dentro dessa instituição, como para os alunos e professores que colocariam a prova toda uma gama de conhecimentos teorizados e desenvolvidos em grupos de pesquisa e de ensino.

Em um de seus objetivos, o Plano Nacional de Extensão Universitária fala em:

Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, **indispensável** na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade. (FORPROEX, 2001, p. 6, grifo nosso).

Os pontos levantados pelo Plano Nacional de Extensão – formação do aluno, qualificação do professor e intercâmbio com a sociedade – demonstram que a extensão possui um leque de possibilidades fundamental na construção da Universidade cidadã agindo na construção de um conhecimento engajado aos problemas sociais pertinentes à Sociedade.

Pensar que essa práxis enriqueceria ainda mais os estudos da área é algo que me propulsiona a estudar como a universidade proporciona condições para desenvolvimento da sociedade e em que pontos essa instituição necessitaria reforçar seu olhar. Assim como me traz o desejo de compreender como foi estabelecida até agora, de forma histórica, essa relação.

Essa temática pareceu ausente e faltante dentro do meu percurso acadêmico, já que julgo poucas as interações com ambientes extramuros. A extensão, além de outras possibilidades já citadas, poderia ser um desses caminhos que possivelmente ofereceria essa aproximação com a realidade que encontraremos ao atuar em nossa área.

Outro questionamento que surgiu em minhas observações diz respeito a minha opção de formação pela Licenciatura. Por minha prioridade ser a de atuar no ensino público e, portanto, olhar para essa vivência como imprescindível para uma formação mais plena no sentido de evitar um choque muito grande entre o que se constrói no percurso acadêmico e o que nos defrontaremos adiante no exercício de nossa profissão, essa aproximação mostra-se vital na formação de profissionais mais críticos e mais cientes das carências sociais e problemas a serem enfrentados em suas atuações.

Porém, diante dessas observações iniciais, restrinjo esse trabalho buscando um primeiro passo para entender a lógica extensionista presente nessa faculdade. É a partir do relacionamento estabelecido com a sociedade que pretendo analisar a Extensão oferecida dentro

dessa faculdade, além de quais parâmetros embasam seu funcionamento.

Portanto, é preciso entender qual é a lógica que lhe é dada quanto à democratização de participação nesses projetos e qual a sua relação com o ensino e a pesquisa, setores indissociáveis. Com efeito, as Universidades, segundo a Constituição Federal, artigo 207 - “[...] gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988)

Para uma análise crítica do tema, desenvolverei um olhar sobre uma possível história da extensão presente nessa Faculdade e buscarei algumas razões que não mostrem apenas sua lógica, como já foi dito, mas também sua capacidade de alterar essa filosofia (im) posta. Entender como a extensão está embasada atualmente ajudará a compreender como esses fatos históricos influenciaram nessa organização presente e o que poderia ser pensado para uma mudança futura.

A reescrita da história torna-se significativa quando embasada pela idéia de Adam Schaff (1995, p. 277) que defende uma diversificação de enfoques diante de uma continua reescrita da história quando fala:

Se a história (no sentido de história rerum gestarum) nunca está definitivamente acabada, se está subordinada a constantes reinterpretações, daí resulta apenas ser ela um processo, e não uma imagem definitivamente acabada, não uma verdade absoluta. Desde o momento em que se toma o conhecimento histórico como processo e superação das verdades históricas – como verdades aditivas, cumulativas – compreende-se o porquê da constante reinterpretação da história, da variabilidade da imagem histórica; variabilidade que, longe de negar a objetividade da verdade histórica, pelo contrário a confirma.

Essa idéia mostra que a história pode ser reinterpretada diversas vezes com olhares que surgem em situações presentes e que nos direcionam para fatos passados os quais ganham força diante de situações, agora, patentes. Diante disso, diante de uma insatisfação presente é que busco respostas e diante de algumas indignações que me reporto ao passado para entender situações atuais para, assim, buscar soluções que julgo pertinentes para futuras modificações.

Entender como ocorreu a formação da extensão universitária na Unicamp e, mais precisamente, na Faculdade de Educação Física torna-se o objetivo do meu trabalho e ajudará na compreensão da organização que se estabelece atualmente. Qual o entendimento de

extensão que está sendo reforçado dentro dessa Faculdade? Qual o lugar em que a Extensão universitária ocupa dentro de um reconhecimento acadêmico? Quais relações que a extensão, o ensino e a pesquisa estabelecem entre si e com a sociedade como um todo? Quais normas a definiram ao longo de sua história?

Esses questionamentos embasarão o entendimento de como ocorre esse relacionamento dessa Faculdade com a sociedade e, nessa interação, que fatores ainda se mostram incompletos ou direcionados a outros interesses que visam certa privatização dessa instituição em detrimento de sua democratização do conhecimento através de ações mais amplas.

Diante disso, discorrerei sobre possíveis caminhos a serem tomados pela extensão para que possam contemplar outros segmentos, outros enfoques e outras filosofias de ações. Confrontarei as visões dessa Faculdade com a filosofia adotada pela Unicamp, com o conceito difundido no Fórum de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas, o FORPROEX, defendendo um conceito de Extensão Universitária embasado nas idéias de Gurgel (1986) e Saviani (1984) que buscam uma mudança na forma de se executar a extensão não mais pautando em serviços ou ações assistencialistas para populações de baixa renda, mas sim numa interação entre sociedade e Universidade muito mais horizontal onde não há valorização de apenas uma forma de conhecimento, historicamente o acadêmico, em detrimento de uma cultura popular.

2 A história da Extensão na/da FEF-UNICAMP

2.1 Metodologia

Esse trabalho é um recorte histórico embasado no materialismo histórico dialético discutido por Schaff (1995) que busca um entendimento no presente de ações tomadas no passado. Trata-se de um recorte de um período específico dessa Faculdade referente à Extensão que diz respeito ao marco regulatório dado a essa prática que acontecera de forma bastante flexível dentro dessa Faculdade em um momento anterior à sua criação.

Para um prévio diagnóstico, foi realizada uma pesquisa de publicações que haviam discutido a política de Extensão realizada na FEF-UNICAMP. Ao realizar uma busca criteriosa junto ao banco de dados da Biblioteca dessa Faculdade, foram encontradas duas publicações que trataram do assunto. Uma tese de doutorado publicada no ano de 1998 e uma dissertação de Mestrado finalizada no ano de 2003.

A escassez encontrada deve-se ao fato de que essa busca filtrou todas as publicações que tinham como tema a Extensão Universitária dessa Faculdade, porém não discutiam de forma profunda sua política de atuação. Muitas dessas publicações possuem pequenas resenhas que tratam do assunto, mas não discutem essa questão por darem preferência às atividades práticas em estudos de caso.

Apesar de escassas, as publicações encontradas foram fundamentais para esse estudo, pois abordaram, em momentos distintos, a Extensão Universitária e deram suporte para compreensão do que foi o processo histórico de formação da Extensão e suas conseqüências que geraram a necessidade de uma ação de marco regulatório. Outro ponto a ser destacado é o fato de que esses documentos deram conta de períodos distintos ao atual. Sentiu-se a necessidade, então, de realizar tal pesquisa para documentação de um período importante da Extensão que influencia diretamente suas atividades atuais.

Para isso, além dessa revisão bibliográfica, foram realizadas entrevistas com os dois últimos coordenadores da CODESP da FEF-UNICAMP. Essas entrevistas foram solicitadas por escrito, pois se tratam de fatos históricos e tomou-se o cuidado para que os entrevistados pudessem discorrer sobre os fatos da maneira mais profunda e mais detalhada possível.

A metodologia da pesquisa por aplicação de entrevista está no fato de que se busca um olhar das pessoas que atuaram na coordenação de forma a tentar captar algumas situações que os documentos, frios, não deram conta. Outro ponto a se destacar é o fato de analisar depoimentos de pessoas que assumiram cargos e enfrentaram situações imprevisíveis que, por vezes, frearam e até modificaram seus planejamentos de percursos.

A relevância dessas entrevistas esta no fato de a primeira coordenadora entrevistada juntamente com a direção e comissão de extensão eleita na época terem sido responsáveis pela elaboração de um documento que tinha como principal função a regularização da prática extensiva. Já o segundo Coordenador, teve em seu mandato o compromisso de implementar e organizar a prática extensiva dentro dos padrões que esse documento determinara.

De posse dessas entrevistas, foi feita uma análise das respostas buscando compreender em suas entrelinhas que forças estavam por detrás dos que defendiam tal regulamentação e quais intenções aos que eram contra. Diante dessa análise, foi feita uma relação dessas conclusões com a política de Extensão da UNICAMP e da Faculdade de Educação Física através de discussões embasadas por Saviani, Gurgel, FORPROEX, UNICAMP (estatuto), entre outros.

2.2 Revisão bibliográfica

Para uma análise da história na/da extensão da FEF-UNICAMP, foi feita uma revisão bibliográfica de publicações que realizaram análises sobre a(s) política(s) adotada(s). Vale lembrar que se trata de publicações com enfoques diferentes e de períodos diferentes. Isso ajudará a entender a construção dessa política em alguns períodos da história dessa Faculdade. Outra observação, já destacada, é que se buscaram publicações que tratassem da política de Extensão presente na FEF e não publicações que embasaram seus estudos em práticas extensivas sem análise da política adotada.

2.2.1 A extensão em 1998

Um primeiro estudo foi realizado por Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger³. Ao discutir o assunto Extensão Universitária, a autora analisa que delegar à extensão universitária a exclusividade na comunicação da Universidade junto à comunidade é descaracterizar, dentro de uma perspectiva “redentora dos problemas sociais e acadêmicos (formação profissional)” (HUNGER, 1998, p. 3), as funções do Ensino e da Pesquisa.

Embora a autora não aprofunde nestas outras funções, sua posição é clara e perpassa pela idéia de que não é (ou não deveria ser) exclusividade da Extensão a relação com a Sociedade. Cabendo essa função também, à Pesquisa e ao Ensino.

Buscando embasamento, a autora produziu um histórico do surgimento da extensão universitária brasileira, suas raízes européias e Norte americanas, passando pelas primeiras manifestações extensivas, seus diversos conceitos ao longo do tempo, assim como as reivindicações estudantis inspiradas pelo Movimento de Córdoba⁴.

Fala também de momentos em que a Extensão foi utilizada como mecanismo de manobra política no período de ditadura militar ao incentivar os Campi avançados numa clara ação de fragmentação espacial da massa estudantil questionadora daquele modelo ditatorial expondo a idéia de que a Universidade brasileira, até o início dos anos 80, ainda não implementara uma política extensiva que ou se restringe ao campo das idéias ou implementa medidas errôneas ou ineficazes (HUNGER, 1998, p. 39), a ver:

Constata-se que se de alguma forma a Extensão Universitária foi conceituada, pouco adiantou em termos de sua práxis. Exercida assistematicamente e sem vinculação com o ensino e a pesquisa, teve o povo como mero receptor e gerou grandes expectativas com o compromisso que declarava ter com as comunidades pobres.

Ao tratar do tema: “A Extensão Universitária no discurso Democrático da Universidade.” (HUNGER, 1998, p.41). Apresenta algumas ações tomadas com o foco de tornar

³ Em sua tese de doutorado intitulada - A universidade sob a ótica da Extensão: análise da função Extensão Universitária no pensamento do professor universitário de Educação Física, orientada pelo Prof. Dr. Ademir Gebara.

⁴ Segundo Bernheim citado por Gurgel (1986, p. 36), “o Movimento de Córdoba iniciou o questionamento da universidade latino-americana tradicional, propiciando uma confrontação entre uma instituição de ensino superior arcaica e fechada em si mesma com uma sociedade que procurava novos caminhos pela via da modernização”.

viável a participação popular dentro do processo de elaboração da Extensão em meados dos anos 80. A autora discursa sobre o ressurgimento legal da UNE, a criação de órgãos como: CRUB, ANDES, CNRES, PNU e GERES. Órgãos que apontam para novas dimensões para a universidade e, conseqüentemente, para a extensão universitária.

Um dado importante nesse momento é a Institucionalização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que ocorre em 20 de setembro de 1985, portaria nº 742, pelo MEC com o documento: “diretrizes básicas que deverão orientar a elaboração e atualização dos Planos de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens das Fundações Educacionais”.⁵ (HUNGER, 1998, p. 48)

“Por que o Ensino e a Pesquisa necessitam da Extensão para cumprir com suas funções sociais?” (HUNGER, 1998, p. 51). Com essa frase a autora reforça sua constatação prévia de que a extensão acaba por assumir toda essa responsabilidade: a de possuir uma função social exclusiva, deixando os outros setores distanciados da Sociedade. Esse fato, segundo a autora, acaba por sedimentar ainda mais a crise universitária.

O FORPROEX surge com o propósito de consolidar uma política de extensão universitária brasileira. Sua formação iniciou com algumas reuniões regionais culminando com o I Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão de Universidade Públicas realizado na UnB em novembro de 1987.

Nesse momento é elaborada uma “nova concepção” da Extensão Universitária, já citada anteriormente nesse trabalho e começa-se um movimento (que persiste até hoje) em redimensionar constantemente a Extensão Universitária Brasileira dando a ela um caráter educativo, onde:

Os Pró-Reitores expressam uma nova postura da Universidade perante a Sociedade, em que de acordo com a sua função básica de produção e de socialização do conhecimento, visa a intervenção na realidade, possibilitando acordos e ação coletiva entre universidade e população. Assim, procuram desfigurar as características de “terceira função” e “assistencialista” da Extensão, para dimensioná-las como uma filosofia de Universidade, dentro de uma política definida, de estratégia “democratizante”, dotada de uma metodologia que sinalizasse para uma universidade voltada aos problemas sociais. Por intermédio da extensão, com o desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas, seriam solucionados os problemas sociais; o processo ensino-aprendizagem seria realimentado como um todo e efetivar-se-ia pelo profissional uma nova intervenção na realidade concreta. **A relação com a**

⁵ Esse documento foi resultado de uma greve de 45 dias de reivindicações por parte de professores e funcionários por reposições salariais e conquista de uma carreira única, segundo a autora.

população passou a ser encarada como a “oxigenação necessária à vida acadêmica” (HUNGER, 1998, p. 57, grifo nosso)

A autora demonstra que a idéia desenvolvida está de acordo ou bem próxima de sua concepção e posicionamento da extensão universitária dentro não só da Universidade, mas na Sociedade como um todo.

Cita que, no seu terceiro encontro, o FÓRUM demonstra algumas preocupações quanto à política governamental de atribuir à extensão a função de prestação de serviços reforçando ainda mais a tendência da concepção de Universidade – empresa. Situação essa que se consolida no Governo Collor (1991) com uma medida governamental denominada popularmente, segundo a autora, como “Projeto”.

Tal medida incentiva uma interação da extensão com a Pesquisa para estimular a busca de recursos extra-orçamentários junto às empresas. A autora denuncia que com essa medida ocorre uma privatização da Universidade através da venda de prestação de serviços cabendo à extensão ser o veículo ideal para essa medida.

A autora segue realizando um percurso histórico referente aos encontros do Fórum e os fatos que influenciaram sua trajetória. Após dez anos, constata-se que apesar de muita evolução em discursos e idéias, o Fórum em pouco consegue quebrar a barreira da práxis em busca de uma consolidação prática das políticas extensivas no país.

Ao fim do capítulo a autora exprime seu sentimento diante de tal idéia ao discursar:

Constata-se, nesses fóruns, que o discurso disseminado pelos pró-reitores de Extensão se resume em termos e expressões tais como: universidade e sociedade, compromisso social, inserção social, interação social, renovação, transformação social, integração, teoria e prática, indissociável, necessidades sociais, relação transformadora, paternalista, assistencialista, institucionalização, viabilização, sistema social, via de mão dupla, relação bidirecional, demanda, comunidade, instrumentalizadora, cidadania, inovação, legitimidade, resgate social, oxigenação, prestação de serviços, anseios sociais etc. Assim, evidencia-se a crise da Universidade Brasileira como um processo progressivo de descaracterização das funções do Ensino e da Pesquisa. (HUNGER, 1998, p. 80)

A autora volta a defender que delegar à extensão a exclusividade no relacionamento com a Sociedade é enfatizar a crise universitária que se mostra, dessa forma, presente, pois demonstra uma descaracterização do Ensino e da pesquisa. Já que esses deveriam também estabelecer laços com a Sociedade.

Para buscar por publicações de pós-graduação que tratam do tema Extensão nas Universidades brasileiras, foi realizada uma varredura nacional (não divulga a metodologia utilizada nessa pesquisa) e identifica algumas características que julga bastante vagas e salvacionistas.

Após analisar tais publicações, conclui que:

Ao valorizarem a Extensão, podem estar invertendo os papéis e redimindo o Ensino e a Pesquisa de uma séria avaliação das funções docentes, ou até mesmo, descaracterizando-as. Tais colocações possibilitam o seguinte questionamento: por que a Extensão é imprescindível? Significa que sem esta função a Universidade não chega à Sociedade com o Ensino e a Pesquisa? (HUNGER, 1998, p. 107)

Quanto a essa colocação, analiso concordando com o fato de que a Universidade se exime da sua aproximação com a Sociedade quando deixa essa função a cargo da Extensão e esta se torna uma dificuldade a ser transpassada. Porém, pensar que a Extensão pode ser descartada dos pilares universitários no sistema atual universitário é correr atrás de uma mudança muito brusca e não necessária para solucionar o problema.

A extensão, assim como o Ensino e a Pesquisa, possui funções específicas dentro do modelo universitário. Excluir uma dessas atividades desse modelo é quebrar uma estrutura indissociável nos termos atuais. A indissociabilidade é defendida por todos e acredito ser um caminho a ser seguido, apesar de ter sido pouco explorado.

Para entender, na época, quais as teorias estavam sendo desenvolvidas dentro da área da Educação Física, foi realizada uma pesquisa de publicações de pós-graduação que tratem o tema da Extensão a nível nacional e que, apesar de escassas, trouxessem algumas colocações que ajudam a “averiguar o pensar em Extensão Universitária em Educação Física e até que ponto os professores universitários reproduzem as concepções verificadas nos tópicos anteriores” (HUNGER, 1998, p. 118).

Há uma percepção de que os mesmos discursos elaborados pela comunidade acadêmica sobre o assunto influenciam os pensadores da área. Essa constatação faz com que a autora retome a discussão do papel dado à extensão sobre o assunto, dizendo:

As leituras permitem concluir que os autores, ao procurarem definir a Extensão Universitária em Educação Física, fundamentaram suas definições na concepção da Extensão Universitária como a principal responsável pelas transformações das relações entre Universidade e Sociedade. [...] A Universidade e principalmente a sua função Extensão Universitária teria como missão-fim a

transformação e superação dos problemas sociais brasileiros. (HUNGER, 1998, p. 127).

Diante dos dados obtidos, Hunger (1998) declara que existe uma incompatibilidade entre os discursos e a práxis de como é efetivada a Extensão. Diante dessa incompatibilidade, a autora busca “dar ouvidos” aos profissionais que atuam na área entrevistando, de forma semi-estruturada, professores de Educação Física de duas Instituições Públicas (UNICAMP, UNESP).

Ressalta que os objetivos desse trabalho acarretarão no enriquecimento documental do assunto, já que esse tema é pouco discutido. Além de que, ao ouvir um grupo de professores sobre o assunto, pode-se ter uma aproximação do conceito comum gerado sobre a Extensão do grupo de docentes dessa área.

As entrevistas foram estruturadas em quatro temas:

- 1) A Função Extensão Universitária na Instituição UNESP/UNICAMP: sua política universitária, concepção, objetivos, prioridades, fontes de recursos, o estatuto e o princípio de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão.
- 2) A Extensão Universitária da Instituição UNESP/UNICAMP e o Departamento/Faculdade de Educação Física, considerando-se os itens da primeira temática – questão e mais a infra-estrutura física e material disponível.
- 3) A origem e desenvolvimento das Atividades de Extensão no Departamento/Faculdade de Educação Física.
- 4) O que é Extensão Universitária em Educação física. (HUNGER, 1998, p.139).

A pesquisa foi realizada com 10 professores, sendo 5 desses da UNICAMP e outros 5 da UNESP. Para a pesquisa atual, vamos focar nas entrevistas dos docentes que atuam na UNICAMP, pois buscamos entender qual o momento histórico que permeava àquela entrevista.

Pelas perguntas, podemos perceber que se trata de uma entrevista que busca o conceito de extensão que cada instituição adota. Pela profundidade dos temas questionados, não é de se surpreender que o material fornecido nessa entrevista seja bastante rico e extenso. Segundo a autora, gerou um material de mais de 200 páginas, os quais foram analisados e retomados no texto à medida que se tornaram pertinentes ao tema.

O primeiro tema da entrevista gera depoimentos vagos sobre a política extensionista adotada na UNICAMP, porém expõe outro assunto importante. A valorização da

Pesquisa em detrimento dos outros campos de atuação do docente. Nos depoimentos, fica claro que a Pesquisa ganha importância dentro da Academia.

Esse fato gera alguns questionamentos: Como uma Universidade prioriza um campo em detrimento a outros se, em seu Estatuto, defende-se uma indissociabilidade dos três campos de atuação? Ensino e Extensão não possuem mecanismos de reconhecimento profissional? Como se espera que docentes busquem ações diferentes da tendência posta numa Universidade de priorizar a Pesquisa e a publicação de trabalhos?

Para o segundo questionamento, os docentes dizem que a Extensão não possui uma coordenadoria própria, o que a difere do Ensino e da Pesquisa. Questionam o fato de não haver uma política e um projeto único de Extensão, além de tratar o assunto da indissociabilidade como algo mais utópico do que aplicável. Questionam, também, a infra-estrutura da FEF-UNICAMP, pois acham um equívoco o mesmo espaço ser ocupado pela extensão e pelo ensino.

Ao analisar a estruturação do curso superior de Educação Física (1987-1988), constata uma ênfase em desenvolver cursos de pós-graduação, deixando de lado a Extensão e o Ensino. Com o passar dos anos, a extensão foi acontecendo paralela à graduação de forma desorganizada, mas que após algum tempo foi criada uma coordenadoria de Extensão de Esportes e Eventos, fato esse que evidencia um “preocupar-se” com o tema.

Ao discursarem sobre o tema: Extensão em Educação física, os professores entrevistados entendem a necessidade de retroalimentação da relação entre Universidade e Sociedade. Discursam baseados em conceitos de indissociabilidade e proximidade com a sociedade. Vêm na extensão a oportunidade de aplicar o conhecimento estabelecido dentro dos muros da Universidade.

Após expor as entrevistas a análises, a autora confirma sua indagação preliminar, quando fala:

É nessa trama de forças sociais – intelectuais de discursos disseminados historicamente no âmbito universitário, que se originam os modos de observar e pensar a Extensão da Educação Física, ou seja, os professores entrevistados incorporam o papel milagroso atribuído à extensão. (HUNGER, 1998, P. 165)

O texto finaliza com a autora defendendo que haja uma reformulação na lógica da política empregada pela Universidade. Ensino e Pesquisa não podem mais ficar distantes da Sociedade e deixar a cargo da Extensão tal relação, pois, dessa forma, gera-se um processo de compensação por ações não tomadas nessas outras áreas. A extensão deveria ser parte inerente no

processo de formação e não propor-se como algo compensatório de ausências do Ensino e da Pesquisa.

2.2.2 A extensão em 2003

O segundo estudo encontrado trata da extensão universitária de uma forma mais específica, o tema baseia-se na experiência de um projeto de Lazer, porém sem antes discutir a política extensiva adotada pela FEF-UNICAMP. José Luis de Paiva trata do assunto em sua tese de Mestrado⁶.

Sua intenção, nesse trabalho, é contribuir para o tema da Extensão Universitária discursando sobre um projeto de Extensão que vivenciou junto ao Departamento de Esporte e Lazer (DEL). Para isso, o autor faz um percurso cronológico sobre o tema extensão de forma nacional, passando pela idéia da Unicamp, restringindo para o curso de Educação Física finalizando com sua experiência no DEL.

Parte da idéia que a situação atual da extensão é fruto de ações tomadas no passado que nos fazem entender o estágio em que a extensão encontra-se na atualidade. Por isso, o autor busca o entendimento da situação em estudos que resgataram a formação extensiva ao longo do tempo, assim como, a formação do curso de Educação Física da UNICAMP. Ao analisar o regimento interno da FEF-UNICAMP, o autor constata alguns equívocos do conceito da Extensão no momento em que a relacionam/confundem com a pós-graduação, e/ou o ensino ou a uma mera prestação de serviços à comunidade.

A explicação encontrada para tal equívoco seria a formação histórica da Educação Física em geral e a criação do curso de Educação Física da UNICAMP. Em relação à formação do curso, o autor fala que:

O primeiro deles diz respeito à própria área da educação física, que teve suas primeiras ações no país, seja fazendo parte dos currículos escolares ou como políticas públicas, datadas do início do século passado, e foi somente nas últimas décadas desse mesmo século que iniciou um processo organizado de estudo e pesquisa sobre o seu objeto, gerando um descompasso entre o desenvolvimento

⁶ Lazer, política cultural e extensão universitária no projeto de ensino, pesquisa e extensão: recreação comunitária, orientado por Nelson Carvalho Marcellino em 2003.

teórico da área e a sua difusão na sociedade. (PAIVA, 2003, (HUNGER, 1998, p. 39)

Com essa observação entendemos que houve um crescimento desorganizado do curso de Educação Física em escala nacional e esse fato acabou gerando práticas contraditórias e distantes do papel universitário. Esse atraso na consolidação do curso deu à Educação Física o papel de prestadora de serviços para uma sociedade acostumada com essa relação.

Outro apontamento desenvolvido foi como ocorreu a criação do curso de Educação Física da Unicamp em substituição à ATREFE (Assessoria Técnica da Reitoria para Educação Física e Esportes) em 1985. O autor fala que:

Essa substituição não se deu de forma totalmente abrupta, visto que as atividades esportivas que eram oferecidas pela ATREFE à comunidade universitária persistiram na nova faculdade, fazendo com que esta nascesse imbuída desse papel de prestadora de serviços à comunidade, que no caso específico, era a da própria universidade. (PAIVA, 2003, p. 47)

Se antes a ATREFE tinha a função de oferecer aos cursos internos da UNICAMP e comunidade em geral espaços para a prática esportiva, com a formação do curso de Educação física essa função não se descaracterizou totalmente. Coube, então, à extensão essa função prestadora de serviços a qual já nasce imbuída de um papel contraditório.

Um dado bastante significativo seria o fato de o autor falar em cursos pagos e a relação mercadológica que a Universidade, através da Extensão, acaba estabelecendo com a sociedade. O autor discorre sobre o assunto falando que:

Talvez o mais grave fruto desta confusão seja a proliferação de cursos pagos, distorcendo, em troca da recompensa pecuniária, a própria atuação de alguns docentes, que vêm nesta modalidade uma enorme chance de aumentar significativamente seus salários e, paralelamente a esse fato, amparados na justificativa de que já realizam muitas atividades classificadas como de extensão, distanciam-se de suas outras funções, em especial da docência na graduação e na pós-graduação e da pesquisa. (PAIVA, 2003, p. 51)

Esse dado apresentado já nos mostra como a Extensão foi distorcida em sua função de atuar junto ao Ensino e à Pesquisa na formação do estudante, assim como, na relação com a Sociedade. Essa prática, relatada em 2003, demonstra uma manobra política de arrecadação de recursos “extras” para situações que deveriam fazer parte do planejamento da

Universidade. Essa relação é apresentada de forma bastante atual, pois se assemelha do modelo com que a Extensão vem sendo conduzida ao longo dos anos.

2.3 Relacionamento entre os momentos

Os trabalhos encontrados possuem uma importância significativa, pois abordam o tema em momentos distintos e nos dão conhecimento, em épocas diferentes, de como ocorreu a Extensão na Faculdade de Educação Física da Unicamp. Essa informação foi bastante válida para a compreensão destes momentos que servirão para dar suporte e entendimento na análise das entrevistas as quais realizaremos.

Na primeira publicação, Hunger (1998) alerta para o fato da Extensão ainda não possuir uma fundamentação consistente que traz, por consequência, equívocos em seu trato. Em sua opinião, essa inconsistência leva a uma descaracterização não só de sua prática, mas interfere, também, no Ensino e na Pesquisa os quais não se desenvolvem dentro da perspectiva de uma filosofia democrática e que acabam por delegar à Extensão o papel exclusivo de relacionamento com a Sociedade.

Este trabalho mostra-nos que, nesse período, a estrutura acadêmica existente apresentava-se de forma inconsistente e que vivia em busca de uma consolidação de suas ações, assim como, também buscava delimitar suas funções em áreas específicas de atuação. Nos depoimentos coletados em seu trabalho, essa inconsistência ocorre, principalmente, devido à pressão da própria Universidade que começa a exigir uma melhor formação dos docentes fazendo com que estes busquem a pesquisa para atingir patamares maiores na Universidade.

Essa análise mostra que a Pesquisa acaba prevalecendo-se diante dos outros setores (Extensão e Ensino). A Universidade possui uma forma de reconhecimento do trabalho docente em forma de promoção para docentes que possuem graduações maiores. Essa forma única de reconhecimento demonstra que há uma prevalescência da Pesquisa e acaba por influenciar os docentes a valorizá-la e gerar, assim, um desequilíbrio em seus pilares “indissociáveis”.

Portanto, é interessante notar que a Extensão ocupa lugar secundário no processo de construção universitária. Com a Pesquisa sendo valorizada demasiadamente, denota-

se o descompasso da indissociabilidade marginalizando a Extensão que, por sua vez, busca uma base de fundamentação e uma consolidação de ação em suas atuações para se fazer presente no processo educativo de forma íntegra.

Já no trabalho desenvolvido por Paiva, em 2003, ficou demonstrado ter havido alteração dos papéis em relação ao momento anterior. Com a criação de cursos pagos, alguns docentes vêem na Extensão uma forma “paralela” de ganho pecuniário e esta acaba por ganhar espaço. Essa constatação mostra que a prática extensiva existente torna-se tortuosa e possuem objetivos “terceiros” ao seu propósito. Docentes e funcionários, ao vêem uma oportunidade de aumentarem seus salários, acabam por dedicar-se à Extensão em detrimento dos outros setores.

Esse momento demonstra certo descontrole dessa prática que acaba por se tornar uma via de ganho de capital dentro da Universidade. Vale ressaltar que, se antes a Pesquisa figurava como o caminho a ser explorado por docentes devido à sua valorização dentro da política de promoção de cargos, a Extensão se torna um instrumento poderoso para uma remuneração extra, ganhando espaço diante das outras possíveis áreas de atuação dentro da Universidade.

A análise das entrevistas que se seguem buscam entender como esses traçados geraram a necessidade de regulamentação ocorrida em 2007 e, em relação aos estudos anteriores, quais mudanças e constatações ocorreram e foram acrescentadas na Extensão. Essas entrevistas, que serão apresentadas no próximo capítulo, visam situar o leitor no momento histórico que ocorreu tal regulamentação e demonstrar como essa ação influenciou a prática extensiva desde sua aplicação até os dias atuais, já que se trata da política atual praticada pela Faculdade de Educação Física da UNICAMP.

2.4 Apresentando as Entrevistas

Analisar as entrevistas dos coordenadores de Extensão que participaram do processo de elaboração e implementação da regulamentação da prática extensiva torna-se fundamental para entender como ocorreu tal processo. Buscaremos o entendimento das tensões criadas e as resistências ocorridas analisando suas fundamentações. Se existia uma prática comum para alguns docentes, a quebra dessa lógica deve ter criado situações de desconforto e

esse fato gerou certamente alguns conflitos. Estes foram baseados em causas específicas as quais tentaremos esclarecê-las em um dado ponto de vista.

A entrevista 1, feita com a docente que fez parte da comissão que elaborou o documento de marco regulatório sobre a Extensão, demonstra que, diante dos dois motivos que geraram a necessidade de formação daquela comissão de extensão, um tornou-se o mais efetivo.

O primeiro motivo relatado demonstra que o caminho para se fazer uma extensão indissociabilizada do Ensino e da Pesquisa apresenta-se em rota de colisão com a dinâmica praticada pela Universidade como um todo, o que acabou sendo um entrave nos avanços dentro dessa lógica. Sobre isso, a entrevistada fala que:

O que tenho assistido nesta Universidade (mas não só nela) é uma mudança radical dos objetivos da extensão, ou seja, ela deixa de ser um local do exercício da pesquisa e do ensino e passa a ser um balcão de prestação de serviços. (Entrevistado 1).

O movimento percebido pela entrevistada aponta para a readequação do espaço ocupado pela extensão que vem ocorrendo ao longo dos anos. Enquanto em documentos e discursos é vista como um dos “tripés” do processo educativo, a Extensão é colocada, no seu dia-dia, como um sistema de prestação de serviço similar a lógica mercadológica estabelecida em outras instâncias, tais como: academias de ginástica, escolinhas de esportes, etc. Este, certamente, não seria o papel atribuído à Extensão em um contexto educacional e formador.

Portanto, o segundo motivo surge com o dever de procurar evitar as práticas abusivas diante de uma realidade posta em que diversos docentes utilizavam-se da Extensão como uma forma de ganho pecuniário em detrimento do seu dever acadêmico.

Diante dos principais motivos expostos, o segundo acabou ganhando foco maior por ter gerado tantas polêmicas e conflitos dentro do corpo de docentes dessa Faculdade. Sobre a elaboração do documento e suas resistências, fala que:

Houve resistências sim e se manifestaram em descontentamentos individuais, em oposição por meio dos representantes que tinham assento na comissão, em tentativas de passar projetos que não estavam em consonância com a política extensionista do período. (Entrevistado 1).

Com a regulamentação da prática extensiva, alguns docentes insistiam na aprovação de projetos nos moldes anteriores. Essa ação denota um descontentamento de pessoas que se sentiram prejudicadas pela regulamentação da prática extensiva naquele momento.

Levando-se em consideração a necessidade de melhor gerir a verba pública, um grupo de docentes compôs a comissão de Extensão e agiram em prol dessa medida, a qual se tornava latente para a Faculdade. O momento para a formação da comissão é analisada ao dizer que:

Naquele período assumia a gestão da direção da FEF alguém que eu e as pessoas com as quais eu tinha proximidade acadêmica achávamos que era possível compor e com o qual tínhamos algumas afinidades teóricas. (Entrevistado 1).

Como foi dito, a mudança na direção da FEF-UNICAMP gerou a oportunidade de realizar ações as quais conflitavam com o que vinha sendo praticado há algum tempo dentro dessa Faculdade. Para isso, após reuniões e discussões para elaboração de uma comissão forte e ajustada com essa ideologia, formou-se um grupo com a escolha da entrevistada para atuar na coordenação. Nesse momento, o da escolha da comissão e da coordenação da extensão, a entrevista transparece o ímpeto de alguns docentes em quererem alterar a conduta dada à lógica universitária naquele período.

“Talvez esta tenha sido maior motivação, a de acreditar em um projeto de faculdade e de universidade que coadunava com alguns princípios com os quais eu estava em sintonia.” (Entrevistado 1).

Porém, diante de uma maioria sintonizada com a ideologia universitária em tornar a extensão um espaço prestador de serviços em uma relação mercadológica, essa entrevista revela uma ação necessária, a de gerir de forma mais justa a verba pública, porém não modifica o problema em si. Ao optar por uma ação mais objetiva a qual seria a de regulamentar a prática existente, a Extensão acaba consolidando-se como prática prestadora de serviços, distanciando-se de seu princípio formador ao lado do Ensino e da Pesquisa.

“(…) a extensão tem sido desde então espaço para os estágios supervisionados do curso de bacharelado.” (Entrevistado 1). Uma das conseqüências dessa ação seria a dissociação da extensão em relação aos demais campos da universidade. Ao trabalhar na perspectiva mercadológica de prestação de serviços, proporciona opções voltadas a participação estudantil priorizando a área do curso de bacharelado e também acaba sendo um instrumento para conclusão de uma disciplina de Estágio Supervisionado, segundo a entrevistada.

Essas informações enfatizam fatos os quais nos dão suporte para entender que existe um déficit na potencialidade dada à extensão ao delegar a esse campo poucas possibilidades e ações superficiais que podem ser realizadas, até de forma mais intensa, em locais externos à Universidade.

Finalizando a entrevista, fala que:

(...) eu vejo dois planos de extensão que parecem estar em vias de colisão, um que ainda pensa a extensão como um dos tripés da universidade e que pensa tal política pela relação entre sociedade política e sociedade civil e outra que pensa a extensão como prestação de serviço. Em relação a esta primeira tendência acho que avançamos muito, se pensarmos na segunda alternativa, penso que pouco ou quase nada contribuímos. (Entrevistado 1).

Apesar de todo o esforço na gestão em tornar a Extensão um espaço de formação, materializado na aprovação e desenvolvimento de alguns projetos de fomento à extensão, fica claro a necessidade de uma mudança macro na estrutura universitária para que, assim, haja outra relação entre Universidade e Sociedade.

No fim da entrevista, é mostrado algumas ações materializadas durante sua gestão, quando fala:

(...) conseguimos estabelecer um número de horas máximo para cada docente se dedicar em consonância com a legislação vigente e que antes não estava sendo cumprida, conseguimos concorrer e ganhar editais de fomento a extensão, conseguimos estabelecer algumas regras para a participação de discentes e funcionários em consonância com leis vigentes. (Entrevistado 1).

Além da regulamentação já analisada, as medidas tomadas demonstram um compromisso da gestão em buscar reocupar a extensão nos segmentos de formação dos alunos, assim como, a mudança na relação da Universidade com a Sociedade. Apesar de que o processo precisa ser longo e contínuo, a entrevista mostra que a Extensão consolidou uma fundamentação teórica e uma intenção de atuação. Tornar essa intenção uma realidade passa a ser outro passo a ser dado com ações inovadoras e pessoas interessadas.

Outro fato interessante que apresenta ao final da entrevista, diz respeito ao não cumprimento dos regulamentos da Extensão já vigentes anteriormente. Cita o número máximo de horas a serem dedicadas à Extensão que estavam em desacordo com a legislação vigente (DELIBERAÇÃO CONSU-A-2/01, DE 27/03/2001).

A segunda entrevista foi realizada com o Coordenador da Extensão que assumiu o cargo após a aprovação do documento de marco regulatório. Vale ressaltar que este ainda permanece à frente da Extensão atualmente e sua gestão teria a missão de implementar as normas elaboradas na gestão anterior.

Ao ser questionado sobre o processo de regulamentação da prática extensiva, o entrevistado relata que:

As Normas criadas e aprovadas pela Congregação em novembro de 2007[...] de certa forma não consistiram em total novidade para os professores, alunos e funcionários. Estas Normas explicitaram os objetivos e definiram critérios para o oferecimento de ações de extensão (projetos, cursos, prestação de serviços e eventos). (Entrevistado 2).

Embasando o argumento de que enxerga a resolução 65/07 da congregação da FEF como um ato de ênfase, porém não de total novidade. O entrevistado cita uma deliberação do CONSU (Conselho Universitário) falando que: “ela limita a participação docente em atividades remuneradas em ações de extensão, de no máximo, 60 horas semestrais.” (Entrevistado).

Ao discorrer sobre sua gestão frente à CODESP, ressalta que a deliberação do CONSU-A-2/01 foi o documento o qual normatizou a prática extensiva em sua gestão. Porém, ao citar uma mudança concreta no início de 2008, demonstra que houve uma modificação na prática extensiva já no início de sua gestão, quando fala:

A verdade é que houve um retrocesso no oferecimento de cursos de extensão a partir do primeiro semestre de 2008, coincidentemente docentes que historicamente sempre ofereceram cursos nos quais eles coordenavam e também ministravam aulas, não mais ofereceram estes cursos. (Entrevistado 2).

A informação de que existiam cursos de extensão coordenados por docentes, e que os mesmos ministravam as aulas destes cursos, os quais deixaram de ser oferecidos no ano seguinte à aprovação da resolução 65/07, mostra que houve um impacto significativo ocorrido nesse período. Com a aprovação da resolução de regulamentação da Extensão em novembro de 2007, parece haver uma influência desse documento de forma direta nesse fato.

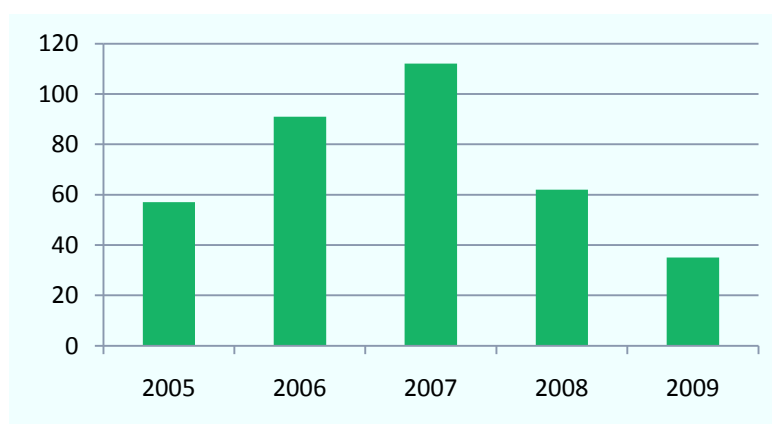


Figura 1: Cursos e disciplinas ministradas pela FEF de 2005 a 2009

Fonte: < <http://www.extecamp.unicamp.br/relatorios.asp>>. Acesso em: 15 out. 2011.

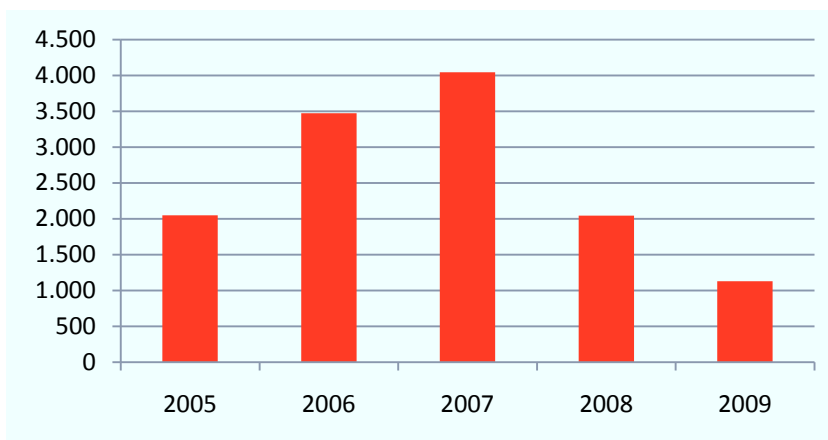


Figura 2: Horas-aula efetivadas e o custo

Fonte: < <http://www.extecamp.unicamp.br/relatorios.asp>>. Acesso em: 15 out. 2011.

É notória a diminuição a qual fala o entrevistado, visto que, após um aumento significativo dessas atividades nos anos de 2006 e 2007, em 2008 ocorre uma diminuição acentuada nos números referentes. Conforme o segundo gráfico, as Horas-aula efetivadas também apontam para essa discrepância entre os anos. Esses dados corroboram para a indicação de que houve no período de 2008 e 2009 uma mudança a qual coincide com a elaboração do documento de normatização da prática extensiva.

Outro fato a ser destacado é que as Normas e Procedimentos para a Extensão anteriores⁷ já previam a remuneração para os cargos citados, mas o acúmulo das funções parecia não contabilizar separadamente cada cargo nesse limite de horas, estando em desacordo com a carga horária máxima estabelecida pela legislação vigente.

Importante notar que, apesar do decréscimo, houve manutenção de alguns cursos de extensão quando fala:

Posso lhe informar que desde 2008 até este ano, o máximo de oferecimento de cursos de especialização (modalidade extensão) anualmente foi de três cursos. Os três últimos oferecimentos foram Educação Física: Fundamentos Teóricos e Prática Profissional na Escola [...], 2- Biomecânica [...] e Atividades Motoras para populações especiais [...] (Entrevistado1). (O nome dos coordenadores dos cursos de especialização (modalidade extensão) foram suprimidos).

Apesar da maior fiscalização imposta pelo documento de marco regulatório, houve oferecimento de alguns cursos. Além desses cursos, os projetos de Extensão permaneceram estáveis e atendendo a uma demanda de discentes e pessoas interessadas nos

⁷ UNICAMP. Resolução Congregação 090/03, 15 de dez de 2003. Ref. Manual e Procedimentos da Extensão para o biênio 2004-2005. Documento disponibilizado pela CODESP.

serviços oferecidos. Porém, como dito nas entrevistas e pudemos constatar nos dados expostos em forma de gráfico acima, houve um decréscimo acentuado dos cursos oferecidos após a efetivação de tal fiscalização, fato esse que faz surgir um questionamento da real intenção dessas ações.⁸

Houve resistências por parte de alguns docentes ao tentar atenuar as normas criadas. “Posso declarar que no início houve certa pressão para alguma flexibilização de algum item, porém após várias reuniões estas idéias foram abandonadas.” (Entrevistado 2). A “coincidência” diante deste fato, juntamente com a diminuição dos cursos que normalmente eram oferecidos, leva-nos a supor que ambas demonstram ações contestadoras à regulamentação presente, então, na FEF-UNICAMP.

Em relação ao documento elaborado na gestão anterior, fala que a ação que mais influenciou na prática extensiva foi o pré-requisito de conclusão percentual do curso de graduação pelo discente interessado em atuar na extensão. Esse impacto é demonstrado quando fala:

Talvez o ponto crítico seja o fato de terem sido definidos os semestres para os quais os alunos necessitam apresentar conclusão para poderem se candidatar a monitores colaboradores (sem remuneração) e monitores com remuneração. Praticamente em todos os inícios de semestres nos convivemos com dificuldades para termos alunos que preenchem os requisitos das Normas da COMEX para poderem atuar. (Entrevistado 2)

Essa restrição na atuação discente fez-se necessária, pois entendendo que a Extensão da Faculdade possui um foco prestador de serviços, acaba sendo necessária uma formação mínima para participação nesse processo. Essa medida deve ter afetado bastante o recurso humano para atuar nessa área, já que, além de restringir diretamente o número de possíveis discentes, diante de uma perspectiva prestadora de serviços em uma relação mercadológica, existem possibilidades de atuação externas à Universidade que se tornam até mais interessantes.

Ainda em relação à restrição ocorrida, o entrevistado fala que:

Atualmente, estamos discutindo as possibilidades legais de antecipar em um semestre a participação dos alunos nestas funções de colaboradores e de monitores remunerados, mas o grande entrave no qual esbarramos são as leis de estágio e da própria DAC/UNICAMP. (Entrevistado 2)

⁸ Foi solicitado à CODESP a relação dos cursos oferecidos no período de 2006 à 2008 para avaliar tal argumento, porém não foi disponibilizado até a finalização deste trabalho.

A antecipação na participação discente parece ser uma solução buscada pela gestão vendo nisso uma possibilidade de atrair mais estudantes. Essa atração é realizada, também, de outras formas. Por ser um docente da área de Metodologia da pesquisa, apresenta algumas possibilidades de enriquecimento acadêmico possíveis em atuar na Extensão para os alunos em detrimento da simples idéia de ganho pecuniário. Fala que:

(...) avalio que introduzi e estou desenvolvendo uma **contracultura** aqui na extensão universitária da FEF. Na condição de professor de Metodologia da Pesquisa, tenho a oportunidade de falar de pesquisa para eles e de informar e esclarecer que por meio de projetos de extensão univ. eles poderão fazer pesquisa. (Entrevistado 2, grifo nosso)

A contracultura a qual fala vai ao encontro da idéia dos alunos enfatizarem a extensão como uma atividade de ganho pecuniário em detrimento a uma possibilidade de produção acadêmica ou de enriquecimento de conhecimento. Com isso, demonstra certa preocupação em reposicionar a Extensão que permite integrar teoria e prática e de avaliar o conhecimento teórico adquirido em sala de aula. (Entrevistado 2).

A avaliação da sua gestão diante da coordenadoria de Extensão mostra que estar à frente de um cargo gerencial acaba modificando a visão e redimensionando as possibilidades de ação. Falando especificamente sobre sua gestão, avalia que suas ações perpassam por duas frentes. A primeira diz respeito a alterar a ocupação dos cargos de secretários para funções exclusivas, pois identifica uma ausência de referência nesse aspecto. A segunda frente diz respeito à participação discente antecipada em um semestre, já explicada anteriormente.

Ao final da entrevista, o Coordenador da Extensão faz o seguinte discurso:

Penso que após concluir estes dois processos, deverei pensar em novas empreitadas, pois a administração tem que ser renovada de tempos em tempos, é preciso gente nova, sangue novo, novas idéias. As pessoas acabam, consciente ou inconscientemente, “se acomodando” e quando se chega neste ponto, é porque está na hora de mudar, sou radicalmente contra o continuísmo, estou a frente da Codesp deste maio de 2008, há mais de dois anos, é tempo suficiente. (Entrevistado 2)

O discurso aponta para mais duas ações a serem tomadas e, então, um término de ciclo. A entrevista exprime a necessidade de renovação de pessoas, idéias e ações para que novidades surjam e possam dar novos rumos à Extensão. Concordo que o continuísmo acaba se tornando prejudicial, mas devemos pensar também no processo de renovação por pessoas que

tenham afinidades políticas e ideais próximos aos anteriores para que não haja uma bruta ruptura na filosofia do processo de gestão.

As entrevistas realizadas tomaram rumos divergentes em alguns pontos e convergentes em outros. Ao tratar do processo de regulamentação da Extensão, os entrevistados apontaram resistências e tentativas de flexibilização de Docentes interessados em aprovar projetos/cursos de Extensão nos padrões anteriores ao, então, novo regulamento.

Enquanto que a primeira entrevista aponta para um olhar sobre a política de Extensão fazendo uma análise crítica ao rumo tomado pela Extensão e suas conseqüências, a segunda entrevista enfatiza as ações realizadas com o objetivo de regulamentar essa prática numa perspectiva mais concreta.

Talvez, por ocupar o cargo de coordenador na atualidade, a segunda entrevista ganha ares de ações mais objetivas e materializadas. Por sua vez, a primeira entrevista demonstra uma atitude de confronto da política universitária empregada a qual reflete nas ações delegadas à Extensão.

A ênfase na elaboração do documento de marco regulatório é dada de forma diferenciada. Enquanto que a primeira entrevista vê nesse documento uma ação necessária para gerir a verba destinada à Faculdade, principalmente à Extensão. A segunda entrevista atenua sua importância ao apontar outro documento como sendo o responsável por gerir essa verba pública, fazendo, ainda, críticas aos novos parâmetros os quais restringem a participação discente na Extensão.

Ambos apontam para uma mudança significativa no oferecimento de cursos após a aprovação do documento. Apesar de haver uma deliberação de 2001 que já restringia a prática extensiva há 60 horas semestral, existiu um decréscimo no oferecimento de cursos significativo após a implementação do “novo” documento. Oferecimento esses que, segundo a segunda entrevista, eram coordenados e ministrados pelos mesmos docentes gerando um ganho pecuniário acumulado dos cargos e ferindo a legislação vigente.

Se o documento elaborado em 2007 não trouxe total novidade à restrição da prática docente, sua finalidade maior foi a de enfatizar normas já existentes e aumentar a fiscalização das práticas às quais, segundo os depoimentos, não vinham sendo cumpridas. Essa informação mostra que a elaboração do documento de marco regulatório, na verdade, foi uma ação contestadora de parte de uma comissão que via o não cumprimento da legislação vigente e

que julgava necessário tornar mais justa a distribuição da verba pública destinada à Faculdade e, especificamente, à Extensão.

Vale ressaltar que essa ação foi realizada muito antes da elaboração do documento. Com a eleição de uma direção atenta para essas práticas consideradas abusivas na Extensão, houve uma articulação política para formar uma comissão com maioria ajustada à filosofia de mudar esse quadro o qual estava se perpetuando nessa Faculdade.

Apesar de alguns docentes enxergarem outros problemas que se tornam até mais significativos na Universidade, como a visão da Extensão como prestadora de Serviços numa perspectiva mercadológica, a luta possível de ser feita naquele momento, segundo a primeira entrevista, seria a de normatizar a prática dentro de uma filosofia considerada conflitante com a perspectiva formadora da Universidade em comunicação com a sociedade.

Como ressaltado na primeira entrevista, existe um fluxo da Universidade como um todo em alocar a Extensão nesse papel prestador de serviço transformando a Sociedade no papel de cliente consumidor de um produto e/ou serviço oferecido. Mesmo diante desse quadro, ambos entrevistados demonstraram preocupação e realizaram ações com a finalidade de resgatar a Extensão na função de formação universitária.

Analisaremos as relações entre as entrevistas realizadas e as publicações que trataram da Extensão em anos anteriores com os conceitos expostos no primeiro capítulo buscando concluir as idéias discutidas aqui.

3 AS POLÍTICAS DA FEF, UNICAMP E FÓRUM

O processo de formação da Extensão dentro da FEF-UNICAMP trouxe à tona determinadas situações que nos ajudam a entender os rumos que estão sendo levadas a prática universitária e sua relação com a Sociedade. Dentro da formulação da política universitária indissociabilizada dos três setores (Ensino, Pesquisa e Extensão) surge a constatação de que a Extensão, ao longo dos anos, veio assumindo papéis distintos e protagonizou situações as quais geraram embates quanto à sua atuação ética.

Parece-nos que o entendimento da Extensão, desta Faculdade, enfatiza a prestação mercadológica de serviços onde a Universidade acaba por se colocar numa situação de detentora de um conhecimento superior à comunidade e esta, por sua vez, busca satisfazer seus anseios imediatos ao invés de construir caminhos em conjunto numa perspectiva mais comunicativa.

A UNICAMP (2010, p. 5) em seu estatuto, artigo 35, expõe a seguinte idéia:

Além das funções propriamente universitárias de ensino e pesquisa, que enriquecem, de forma genérica, o acervo cultural da comunidade em que se desenvolvem, promover-se-á, o quanto possível, a extensão daquelas funções, com o objetivo de contribuir, especificamente, para o progresso material e espiritual.

Apesar dos discursos de indissociabilização presente em documentos percebe-se que a Extensão é utilizada, aqui, na forma de um “apêndice” para a divulgação e disponibilização de serviços e produtos que a Universidade oferece para a sociedade em geral. Essa relação pode ser vista como benéfica até certo ponto, mas mantém um distanciamento e uma relação onde a Universidade prepara algo para a população usufruir. Mesmo que exista entranhado no discurso que se levará em conta tal cultura local, o molde estabelecido permite clara percepção de superficialidade nesse aspecto.

O FORPROEX (2006, P. 81) discursa sobre a construção de uma Universidade Cidadã e (re) posiciona a Extensão no processo de formação do estudante, quando fala:

[...] Assim é que a Extensão também defende o argumento de que a formação do estudante não deve se limitar aos ensinamentos de sala de aula, abrindo caminhos para ampliar o entendimento de Currículo e, dessa forma, efetivar o real sentimento de sua existência e importância na construção/geração de conhecimentos que venham ao encontro das reais necessidades da população.

Essa idéia coloca à tona uma incongruência percebida dentro da FEF-UNICAMP. Enquanto que a idéia acima demonstra que a Extensão tem papel fundamental na formação de profissionais muito mais atentos aos problemas e questões a serem discutidas com a Sociedade em geral, percebemos que as entrevistas e as análises das publicações apresentadas neste trabalho tratam o tema demonstrando que existe uma restrição na atuação dentro da Extensão e este fato compromete sua inserção plena na idéia de formação.

Nas entrevistas realizadas, foi de fácil percepção que existe um sentimento de que a Extensão assumiu um papel considerado tortuoso quando da sua elaboração dentro do processo educativo que a Universidade é, ou deveria ser, pautada. As entrevistas mostraram as

inquietações de docentes em ter que seguir em frente buscando ações que resgatam essa prática, mas que se depara com um movimento macro para um direcionamento no sentido de mantê-la distante de problemas sociais e próximos de uma relação superficial com a Sociedade.

Esse problema parece e vem sendo perpetuado na lógica atribuída à Universidade a qual se restringe, de forma conformista, a um sistema consolidado o qual veio se formando ao longo dos anos. Dentro dessa perspectiva constatada nas entrevistas realizadas juntamente com a análise das publicações que já apontavam para um desfecho o qual se concretizou ao longo de seu percurso, a Extensão ganha um foco especial por ter se tornado um espaço ocupado com o intuito de uma via auxiliar de remuneração.

Esse fato gerou a necessidade de uma normatização dessa prática a fim de evitar os abusos que vinham sendo praticados nessa Faculdade. Mais que uma ação legalista e de cunho normativo, a elaboração do documento de marco regulatório da prática extensiva demonstra uma ação de protesto por parte de alguns docentes e discentes os quais se mostraram desalinhados com a postura que vinha sendo adotada mostrando-se não condizente com o projeto de Universidade Pública.

A exposição dos fatos e a reivindicação de uma normatização que gerisse as verbas públicas destinadas à Extensão demonstram que a articulação de um grupo de docentes e discentes foi fundamental na elaboração e efetivação dessas normas. Os estudos realizados mostram que a Extensão já possuía mecanismos legais de fiscalização a fim de evitar excessos, porém, constata-se, também, que existia uma flexibilização dessas regras em prol de uma minoria “interessada” na prática extensiva.

Ao ter acesso à resolução 090/03 da Congregação da FEF a qual prevê a remuneração para cursos de Extensão para as funções de coordenador e ministrante/colaborador constata-se que, conforme relatado nas entrevistas, alguns docentes acumulavam essas funções recebendo uma remuneração duplicada sem levar em consideração o limite máximo de horas semestrais para atuação na Extensão. Com um histórico de diversos cursos sendo oferecidos nesta Faculdade, após a elaboração do Documento 65/07 da congregação da FEF houve um decréscimo dos cursos de Extensão oferecidos.

Diante desses fatos, as normas e diretrizes elaboradas em 2007 tiveram a função de colocar em destaque a Extensão universitária e impedir práticas abusivas, as quais vinham ocorrendo nos anos anteriores, não mais ocorressem. Apesar de ter apresentado algumas

novidades, a essência da elaboração de tal documento não trouxe uma total originalidade à prática, mas uma ênfase na fiscalização desta colocando em cheque uma prática interessada a qual vinha se consolidando em mandatos anteriores.

Espera-se que a Extensão busque caminhos diversos os quais deverá percorrer nos próximos anos com o intuito de explorar sua potencialidade a qual está na formação discente através do contato da Universidade com a Sociedade numa perspectiva esclarecedora da cultura local e das necessidades que requeiram uma intervenção mais profunda. Para isso, é necessária que haja uma mudança na filosofia adotada e que ações sejam tomadas com o intuito de quebrar essa lógica imposta à Extensão Universitária.

Considerações Finais

Entender como foi sendo formada a Extensão dentro da FEF-UNICAMP vai além de uma simples abordagem dos fatos e suas relevâncias para o dia-dia. Aprofundar o olhar nesse aspecto requer uma visão de parte da formação do curso de Educação Física entendendo seus meandros e suas linhas de abordagens.

Quando nos deparamos com uma Extensão em que os projetos oferecidos restringem-se a determinadas áreas de atuação os quais ocorrem predominantemente no interior da Universidade, percebemos que existe um direcionamento para algum tipo de formação que, no caso, se apresenta muito mais para as necessidades instantâneas do mercado de trabalho do que para uma formação crítica em uma perspectiva plena.

Esse problema pôde ser elucidado em diversos momentos neste trabalho, pois são fortes as evidências desses movimentos que levem a esse tipo de relação entre Universidade e Sociedade. Porém, vale ressaltar que esse direcionamento acaba por interferir no perfil de profissional que está sendo formado. Longe de experiências que proporcionem interações com comunidades diversas, o discente acaba traçando um caminho carente de situações que coloquem à prova seus conhecimentos no campo de questões sociais.

Interessante notar que, apesar de haver um movimento macro na estrutura universitária em tornar esse espaço mais um local de atribuições mercadológicas, ainda surgem alguns atos de pessoas que agem amparadas pelo viés da justiça diante de oportunidades de apoderamentos a qualquer custo. A ação que mostramos aqui com a elaboração de novas Normas para a Extensão mostrou a articulação de parte do corpo docente e discente que enxergava a situação que estava posta como algo a ser combatido e, com extrema habilidade, conseguiram articular-se e formar uma comissão capaz de quebrar com aquela lógica.

Esse processo surge como um ato combativo desse grupo, pois perceberam situações ocorridas constantemente no interior desta Faculdade que geraram a necessidade de uma ação política contestadora dessa prática que resultou em conseqüências concretas, como pudemos constatar nas entrevistas realizadas e nos dados coletados.

Ao ser submetido à análise da banca avaliadora, foi sugerido que fossem incorporados ao trabalho alguns dados referentes à porcentagem de repasse financeiro à Extensão Universitária dessa Faculdade. Há indícios que o repasse, apesar de menor em valores absolutos,

devido à diminuição significativa dos cursos de Extensão oferecidos, foi proporcionalmente maior após a ação de Marco Regulatório em 2007. Ao pesquisar sobre esses dados, encontramos dificuldades em possuir esses dados, pois esbarramos nas respostas às solicitações feitas à CODESP, EXTECAMP e FUNCAMP, os quais não tornaram facilitada essa pesquisa.⁹

A Educação Física já provou, ao longo dos anos, sua importância no cenário mundial e mostra-se cada vez mais em evidência com a proximidade de grandes eventos esportivos. Agora, devemos pensar também na perspectiva social que esta área de conhecimento possui e buscar meios de explorar esse âmbito.

Em uma disciplina de Estágio Supervisionado realizada neste ano, discuti a inserção no mercado de trabalho, para o cargo de professor da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo, de um aluno o qual teve a oportunidade de ingressar no Ensino Público logo após sua conclusão do curso. A conclusão do trabalho mostrou um distanciamento entre as realidades apresentadas em sua formação em relação à atribuição do cargo e seu cotidiano.

Ao fazer essa análise questionei o modelo de formação que vivenciamos dentro desta Faculdade, pois minhas experiências em âmbitos externos foram meus estágios supervisionados que considero poucas para um curso de formação. Esse relacionamento poderia ser mais estreito com projetos e ações em comunidades externas à Unicamp e, dessa forma, poderíamos interagir com outros saberes, outras culturas que estão disseminadas na região.

Durante meu percurso acadêmico, busquei algumas experiências que pudessem complementar minha formação e direcionei-me à Extensão com a finalidade de buscar projetos os quais tivessem uma interação com comunidades externas em atividades diversas desde que oferecessem experiências mais aprofundadas com a Sociedade em geral.

O resultado da busca gerou uma frustração inicial que logo se tornou uma oportunidade para a realização deste trabalho e fez com que eu pudesse discorrer sobre esse assunto com a finalidade de aprofundar o tema. Espera-se que haja mudanças futuras e, assim, proporcionem tais experiências aos próximos discentes, docentes, funcionários e comunidades em geral num processo contínuo de aproximação que implicará no surgimento de diversas questões que gerarão oportunidades de estudos futuros.

⁹ Outra sugestão para estudos futuros foi a pesquisa de um documento que, segundo a banca avaliadora, deu início ao molde de Extensão que se estabelece na atualidade. Um documento produzido no ano de 1999 por Aguinaldo Gonçalves traz a tona uma relação financeira estabelecida entre as atividades de Extensão e a população.

A Extensão Universitária pode ser o meio de comunicação o qual Universidade e Sociedade estreitam uma relação comunicativa, onde ambas avaliam sua participação no processo de construção do conhecimento dentro de uma perspectiva cultural visando questões a serem discutidas e elaboradas em conjunto. A Educação Física, por atuar com práticas corporais, possui um papel fundamental na leitura de questões que estão entranhadas na cultura social e esse conteúdo torna-se uma ferramenta poderosa no processo de entendimento das questões sociais postas em determinadas comunidades as quais gerarão mais oportunidades de conteúdos de Ensino e mais Pesquisas a serem elaboradas mantendo um desenrolar de questões inesgotáveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Governo Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1027016/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>. Acesso em: 15 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESU, 2006. Disponível em: <http://www.renex.com.br>. Acesso em: 15 out. 2011.

_____. Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasília: Ilhéus: Editus, 2001. Disponível em: <http://www.renex.com.br>. Acesso em: 15 out. 2011.

GURGEL, R. M. Extensão universitária: comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1986. 182p. (Educação contemporânea).

HUNGER, D. A. C. F. A universidade sob a ótica da extensão: análise da função Extensão Universitária no pensamento do professor universitário de Educação Física. 1998. 357 f. Tese (Doutorado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PAIVA, J. L. Lazer, política cultural e extensão universitária no projeto de ensino, pesquisa e extensão: recreação comunitária. 2003. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

SAVIANI, D. Extensão universitária: uma abordagem não extensionista In: _____. Ensino público e algumas falas sobre universidade. Campinas: Cortez/Autores Associados, 1984.

SCHAFF, A. História e verdade. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

UNICAMP. Deliberação do Conselho Universitário, 27 mar. 2001. Dispõe sobre o Regulamento do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa do pessoal docente da Universidade Estadual de Campinas.

UNICAMP. Deliberação do Conselho Universitário, 15 dez. 2003. Manual de Normas e Procedimentos da Extensão para o Biênio 2004-2005.

UNICAMP. Resolução Congregação FEF-UNICAMP N°65/07, 05 nov. 2007. Regulamenta Normas para as ações de Extensão Universitária da Faculdade de Educação Física – Unicamp. Disponível em: < http://www.fef.unicamp.br/extensao/Normas_Extensao.pdf>. Acesso em: 15 out. de 2011.

UNICAMP. Regimento Geral da universidade Estadual de Campinas. Campinas, Abril de 2011. Disponível em: < <http://www.unicamp.br/unicamp/administracao/legislacao>>. Acesso em: 15 out. de 2011.

ANEXOS

Entrevista 1

1) Durante sua gestão na coordenação da extensão da FEF houve todo um reordenamento do marco regulatório da política extensionista. Que fatores geraram a necessidade de redefinição dessa política?

Penso que houve dois fatores que motivaram a direção (daquele período) formar um grupo e demandar algumas mudanças na gestão da extensão: primeiro, a de recuperar em alguma medida a finalidade da extensão, qual seja de estar indissociada do ensino e da pesquisa, contudo não tenho certeza que seja este o objetivo da extensão da Unicamp como um todo. O que tenho assistido nesta Universidade (mas não só nela) é uma mudança radical dos objetivos da extensão, ou seja, ela deixa de ser um local do exercício da pesquisa e do ensino e passa a ser um balcão de prestação de serviços. O segundo motivo, foi de procurar melhor gerir a verba que a extensão gera em prol do coletivo da Faculdade de Educação Física.

2) Quais motivações, externa(s) e/ou interna(s), a levaram a aceitar o cargo?

Naquele período assumia a gestão da direção da FEF alguém que eu e as pessoas com as quais eu tinha e proximidade acadêmica achávamos que era possível compor e com o qual tínhamos algumas afinidades teóricas e quanto a política universitária, assim, em reuniões anteriores a eleição me coloquei a disposição para ajudar na gestão e o grupo que apoiava a gestão achou que eu devia estar a frente da extensão. Talvez esta tenha sido maior motivação, a de acreditar em um projeto de faculdade e de universidade que coadunava com alguns princípios com os quais eu estava em sintonia.

3) Como se deu a escolha dos integrantes da Comissão de Extensão? Como você avalia a ação dela?

A escolha de alguns membros se deu pela mesma motivação que coloquei na resposta anterior. Outros membros foram indicados por parte da direção e pelos seus respectivos departamentos e pares. Avalio que ela foi efetiva naquilo a que a direção demandava e com o qual concordávamos naquele período. Isso é claro que gerou um desgaste considerável a todos os que

compuseram a comissão.

4) Você poderia descrever como aconteceu o processo de formulação da regulamentação da extensão? Houve resistências a ela? Se sim, por que? Como se manifestaram?

O processo se deu por meio de várias reuniões da comissão e pela consulta dos representantes aos seus pares. Claro que com a direção dando a direção daquilo que deveria compor o documento e com a ação de convencimento e esclarecimento junto a comunidade o processo foi sendo feito. Houve resistências sim e se manifestaram em descontentamentos individuais, em oposição por meio dos representantes que tinham assento na comissão, em tentativas de passar projetos que não estavam em consonância com a política extensionista do período.

5) Pensando na Gestão Extensionista Universitária como você avalia sua gestão na Comex?

Como já explicitiei na primeira pergunta eu vejo dois planos de extensão que parecem estar em vias de colisão, um que ainda pensa a extensão como um dos tripés da universidade e que pensa tal política pela relação entre sociedade política e sociedade civil e outra que pensa a extensão como prestação de serviço. Em relação a esta primeira tendência acho que avançamos muito, se pensarmos na segunda alternativa, penso que pouco ou quase nada contribuimos. Em relação a primeira conseguimos estabelecer um número de horas máximo para cada docente se dedicar em consonância com a legislação vigente e que antes não estava sendo cumprida, conseguimos concorrer e ganhar editais de fomento a extensão, conseguimos estabelecer algumas regras para a participação de discentes e funcionários em consonância com leis vigentes, a extensão tem sido desde então espaço para os estágios supervisionados do curso de bacharelado.

TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NO QUESTIONÁRIO CONCERNENTE À
MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO

Este é um convite para você participar voluntariamente da Monografia de Conclusão de Curso (Graduação - FEF/Unicamp) "A regulamentação da Extensão na/da FEF/UNICAMP: Explicações, implicações e perspectivas."

A presente monografia está sendo realizada sob orientação do Prof. Dr. Lino Castellan Filho. Por favor, leia com atenção as informações abaixo antes de dar seu consentimento. Estamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas sobre o estudo ou sobre este documento.

- OBJETIVOS DO ESTUDO

O objetivo desta Monografia é realizar um estudo sobre a Política de Extensão na FEF/Unicamp com o intuito de esclarecer como ocorreu o processo de sua formação ao longo dos anos, assim como, buscar entender os parâmetros por ela estabelecidos.

- PROCEDIMENTO

A sua contribuição dar-se-á por meio de resposta a um Questionário, enviado por escrito e a este anexado, a ser devolvido, por este meio, até a data-limite de 05 de Novembro do ano em curso.

- PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

A sua participação neste estudo é voluntária. Se assim desejar, será garantido seu anonimato quando da apresentação da Monografia, ou em outras publicações e apresentações públicas dos resultados obtidos.

Diante do exposto, eu, SÍLVIA CRISTINA FRANCO AMARAL, abaixo assinado, declaro que fui esclarecido sobre os objetivos e procedimentos do presente estudo. Concedo meu acordo de livre e espontânea vontade, e Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com o acadêmico autor da Monografia, não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar. Estou ciente de que os resultados serão tornados públicos em publicações e eventos científicos, e concordo que o conteúdo da minha participação seja publicado no texto final da Monografia, ou em outras publicações e apresentações públicas dos resultados da pesquisa.



Docente Participante

Campinas, 10 de Novembro de 2011

Alexandre Soares Bastos

(Discente / autor da
Monografia) RA: 089926

Entrevista 2

1) Ao assumir a Comex logo em seguida ao seu processo de redefinição de marco regulatório, que desafios visualizou à frente? Que estratégias definiu pra enfrentá-los?

A Codesp (coordenadoria de esportes) já existia antes da implantação da extensão universitária de forma mais ampla como existe hoje, o que ocorreu em 1990. Portanto, existiam desde este período orientações e objetivos a serem seguidos que sempre constaram do Regimento da FEF e dos documentos gerais da UNICAMP. Trago estas informações para esclarecer a você que as Normas criadas e aprovadas pela Congregação em novembro de 2007, sob a presidência do [REDACTED], de certa forma não consistiram em total novidade para os professores, alunos e funcionários. Estas Normas explicitaram os objetivos e definiram critérios para o oferecimento de ações de extensão (projetos, cursos, prestação de serviços e eventos). De uma certa forma a resolução A-32 (2003) (não tenho certeza deste ano preciso confirmar se for importante para voce) do Gabinete da Reitoria, definiu algo muito importante a respeito das atividades docentes na extensão universitária, ou seja, ela limita a participação docente em atividades remuneradas em ações de extensão, de no máximo, 60 horas semestrais.

Portanto, eu posso afirmar para você que esta resolução, praticamente me auxiliou a implantar e adotar as Normas de Extensão da FEF a partir de maio de 2007 quando eu assumi esta coordenação. A verdade é que houve um retrocesso no oferecimento de cursos de extensão a partir do primeiro semestre de 2008, coincidentemente docentes que historicamente sempre ofereceram cursos nos quais eles coordenavam e também ministravam aulas, não mais ofereceram estes cursos. Posso lhe informar que desde de 2008 até este ano, o máximo de oferecimento de cursos de especialização (modalidade extensão) anualmente foi de três cursos. Os três últimos oferecimentos foram Educação Física: Fundamentos Teóricos e Prática Profissional na Escola ([REDACTED]), 2- Biomecânica ([REDACTED]) e Atividades Motoras para populações especiais ([REDACTED]).

Os projetos de extensão se mantiveram estáveis, temos, em média, 13 projetos semestralmente nas diferentes modalidades, os quais perfazem umas 60 turmas, totalizando ,mais ou menos 1.600 participantes.

2) Como os docentes que atuavam na Extensão reagiram ao seu novo ordenamento? Quais medidas sua gestão teve que tomar para que as regulamentações da Comex fossem colocadas em prática?

Creio que já respondi parcialmente esta pergunta, mas no sentido de complementá-la posso afirmar que não houve grandes dificuldades para a minha gestão, pois como já escrevi, a resolução A-32 funcionou como um escudo para possíveis tentativas de docentes quererem burlá-la, portanto, posso lhe afirmar que na minha gestão iniciada em maio de 2008 e que se estende até o momento, não foi registrado nenhum caso quer seja por docente ou por funcionário ou aluno que extrapolasse o que está determinado nas normas e regulamentos da FEF e da UNICAMP. Posso declarar que no início houve certa pressão para alguma flexibilização de algum item, porém após várias reuniões estas idéias foram abandonadas. Talvez o ponto crítico seja o fato de ter sido definidos os semestres para os quais os alunos necessitam apresentar conclusão para poderem se candidatarem a monitores colaboradores (sem remuneração) e monitores com remuneração. Praticamente em todos os inícios de semestres nos convivemos com dificuldades para termos alunos que preencham os requisitos das Normas da COMEX para poderem atuar. Porém, até o momento nada foi alterado. Atualmente estamos discutindo as possibilidades legais de antecipar em um semestre a participação dos alunos nestas funções de colaboradores e de monitores remunerados, mas o grande entrave no qual esbarramos são as leis de estágio e da própria DAC/UNICAMP.

Posso lhe afirmar que a minha “bandeira” foi e é a de mostrar para os alunos os reais objetivos da extensão universitária. Eu elaborei uma apresentação em powwepoint (disponível no site da FEF, na Codesp, você poderá acessá-la se precisar), introduzi uma reunião no início de cada semestre letivo com os alunos que se inscrevem e são aprovados para atuarem como colaboradores e monitores. Insisto nos objetivos primeiros da Extensão Universitária que são os de promover o contato do aluno de graduação com a comunidade interna e externa da Unicamp. Esta prática anteriormente nunca havia sido adotada, sempre me preocupou o fato dos alunos verem na Codesp apenas um “meio” de ganharem um “dinheirinho”. Eu bato muito na

tecla do enriquecimento acadêmico do aprendizado que permite integrar teoria e prática e de avaliar o conhecimento teórico adquirido em sala de aula. Penso que estou semeando, muito provavelmente meu sucessor é quem colherá estes frutos, avalio que introduzi e estou desenvolvendo uma contra-cultura aqui na extensão universitária da FEF. Na condição de professor de Metodologia da Pesquisa, tenho a oportunidade de falar de pesquisa para eles e de informar e esclarecer que por meio de projetos de extensão univ. eles poderão fazer pesquisa.

3) Na sua opinião, que contribuição (ões) e/ou problema (s) essas novas regulamentações trouxeram para a ação extensionista da FEF? Você acredita que novas medidas ainda precisam ser tomadas para que a extensão da FEF seja mais abrangente e democrática? Quais?

Sempre partimos do princípio que qualquer situação, processo, pode melhorar. Avalio que administrativamente a Codesp está funcionando muito bem, conta com funcionários capazes, interessados e aptos a tocar a rotina diária. Foram implantados vários sistemas informatizados de inscrição nos cursos, dos monitores, boletos, enfim grande parte da rotina esta informatizada, isto é um avanço. A última empreitada que tive que encarar foi relacionada ao Exame Médico, isto na verdade ainda é uma caixa preta no Brasil, pois o próprio conselho federal de medicina é contra esta prática. Na verdade nós deveríamos falar em avaliação física, da qual o “Atestado de Saúde” é uma consequência. Porém, a cultura brasileira inverte este princípio na prática, pois o que as pessoas buscam na verdade é o papel, e não realmente se avaliam física, mental e fisiologicamente para saberem e conhecerem suas reais condições para uma prática física adequada.

Desde os seus primórdios a Codesp “exige” a apresentação de atestado médico, isto está divulgado no site e afixado em vários quadros, em todo início de semestre os monitores são responsáveis por recolher estes atestados e de os entregar na Codesp, porém nem todos entregam, então ficava aquele quadro bem brasileiro a maioria dava um “jeitinho”. Temos muitos usuários que são funcionários, docentes ou alunos, ou seja, fazem parte da comunidade interna e todos eles ficam na expectativa de obter o famigerado atestado médico junto ao CECOM/UNICAMP, porém é claro que os médicos desta unidade não conseguem avaliar e fornecer atestado médico para todos entre os meses de fevereiro e março quando se iniciam as

atividades. Esta a desculpa mais freqüente que recebemos, a de que o CECOM marcou o exame para os meses subseqüentes março/abril/maio, praticamente quanto as atividades estão se encerrando.

Enfim, para solucionar esta questão eu me reuni com o coordenador do CECOM o prof. [REDACTED] e juntos construímos um instrumento (questionário) que é preenchido “on line”, o usuário é obrigado preencher o questionário para poder avançar na sua inscrição, sem isto ele não consegue se inscrever. A partir deste questionário, é possível selecionar para quais usuários o Exame Médico é imprescindível, nos caso daqueles que declaram ter doenças e que tomam remédios para controlar sua doença e nos casos de esportes de alto impacto (fitness, triathlon, treinamento esportivo). Esta medida permitiu descongestionar o CECOM, reduzindo em aproximadamente 60 ou 70% das pessoas que irão fazer a avaliação física para obter o atestado médico.

Este ponto eu considero uma ótima intervenção que tivemos para eliminar de vez este problema do exame médico, veja que este perdurou por mais de duas décadas e não havia sido encarado devidamente.

4) Pensando na Gestão Extensionista Universitária como você avalia sua gestão na Comex?

Eu penso que como qualquer outra gestão, há coisas que eu gostaria de fazer que não fiz, coisas que não pensava fazer e fiz (como esta do exame médico), e muita coisa que inclui em minha proposta de trabalho e que consegui dar cabo. Atualmente temos duas frentes em discussão; 1- Reestruturação física, administrativa e da rotina da Codesp, por exemplo estou propondo não termos mais secretários de projetos e de cursos que acumulem estes cargos com os que desenvolvem aqui na FEF, inclusive tendo os seus pontos de trabalho como referência para os usuários, assim cada usuário se dirige para um ponto da FEF (secretárias de departamentos, pós-graduação, direção) enfim, isto tumultuou a nossa administração. Pois a comunicação com a FUNCAMP é feita por todos estes secretários e isto já proporcionou inúmeros contratemplos de informações e de documentos. Por sito após os dois primeiros anos aqui na Codesp já identifiquei este problema e estou propondo alterações e 2- Normas da Codesp, por conta do que já foi explanado, alguns pontos como os dos monitores, colaboradores estão em discussão. Penso que

após concluir estes dois processos, deverei pensar em novas empreitadas, pois a administração tem que ser renovada de tempos em tempos, é preciso gente nova, sangue novo, novas idéias. As pessoas acabam, consciente ou inconscientemente, “se acomodando” e quando se chega neste ponto, é porque está na hora de mudar, sou radicalmente contra o continuísmo, estou a frente da Codesp deste maio de 2008, há mais de dois anos, é tempo suficiente.

Alexandre, se estas respostas não forem suficiente, me avise.



TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NO QUESTIONÁRIO CONCERNENTE À
MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO

Este é um convite para você participar voluntariamente da Monografia de Conclusão de Curso (Graduação- FEF/Unicamp) "A regulamentação da Extensão na/da FEF/UNICAMP: Explicações, implicações e perspectivas."

A presente monografia está sendo realizada sob orientação do Prof. Dr. Lino Castellani Filho. Por favor, leia com atenção as informações abaixo antes de dar seu consentimento. Estamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas sobre o estudo ou sobre este documento.

- OBJETIVOS DO ESTUDO

O objetivo desta Monografia é realizar um estudo sobre a Política de Extensão na FEF/Unicamp com o intuito de esclarecer como ocorre o processo de sua formação ao longo dos anos, assim como, buscar entender os parâmetros por ela estabelecidos.

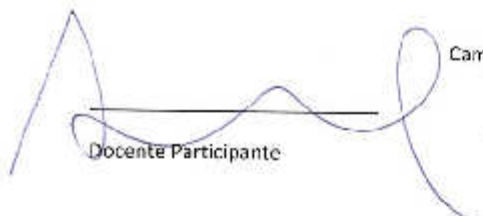
- PROCEDIMENTO

A sua contribuição dar-se-á por meio de resposta a um Questionário, enviado por escrito e a este anexo, a ser devolvido, por este meio, até a data-limite de 05 de Novembro do ano em curso.

- PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

A sua participação neste estudo é voluntária. Se assim desejar, será garantido seu anonimato quando da apresentação da Monografia, ou em outras publicações e apresentações públicas dos resultados obtidos.

Diante do exposto, eu, _____, abaixo assinado, declaro que fui esclarecido sobre os objetivos e procedimentos do presente estudo. Concedo meu acordo de livre e espontânea vontade, e Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com o acadêmico autor da Monografia, não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar. Estou ciente de que os resultados serão tornados públicos em publicações e eventos científicos, e concordo que o conteúdo da minha participação seja publicado no texto final da Monografia, ou em outras publicações e apresentações públicas dos resultados da pesquisa.



Docente Participante

Campinas, ____ de _____ de ____.

Alexandre Soares Bastos

{Discente / autor da
Monografia} RA: 089926